

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

Faculdade de Direito

Mestrado Forense



Não há Segurança Sem Liberdade

“O Terrorismo”

Dissertação

Patrícia dos Santos

Orientador: Professor Doutor Germano Marques da Silva

Agosto, 2017

Aos meus pais e irmãos pelo apoio incondicional.

Sumário

Siglas e Abreviaturas	4
Resumo.....	6
Abstract.....	7
Introdução	8
1. Enquadramento: Caracterização do Fenómeno do Terrorismo e a sua Expansão	9
1.1. Expansão do Terrorismo	9
1.2. Definição de Terrorismo	13
2. As alegadas exigências do terrorismo: um Direito Penal do Inimigo como novo paradigma do Direito Penal?	18
2.2. Crise do Direito Penal	18
2.3. Tendências de Combate ao Terrorismo	21
2.3.1. Combate ao Terrorismo através do Direito Penal do Inimigo	23
2.3.1.1. Expansão de um Direito Penal Punitivo – Direito Penal do Inimigo ..	23
2.3.1.2. Direito Penal do Inimigo como Resposta no Estado de Direito	26
2.3.2. O alcance e efeitos da teoria de Jakobs no atual paradigma do Direito Penal Internacional - Proliferação de leis de emergência e aumento de leis de tonalidade securitária	30
3. Medidas de Combate ao Terrorismo em Portugal.....	33
3.1. Análise da Lei nº60/2015, de 24 de junho	33
3.1.1. Análise do crime de Terrorismo	35
3.1.2. Bem Jurídico Protegido – “Paz Pública”	37
3.1.3. Crimes de perigo Abstrato	41
3.2. Conclusão.....	44
Conclusão.....	46
Bibliografia	49

Siglas e Abreviaturas

ART. (s) – Artigo (s)

ASALA - Armenian Secret Army for the Liberation of Armenia (Exército Secreto Arminiano para a Libertação da Arménia)

CF. – Conforme

CODECO - Comandos Operacionais de Defesa da Civilização Ocidental

CRP – Constituição da República Portuguesa

DILP - Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar

ED. – Edição

ELP - Exército de Libertação de Portugal

ETA - Euskadi Ta Askatasuna (Pátria Basca e Liberdade)

ETC. - Et cetera

EU – União Europeia

FP-25 - Forças Populares 25 de Abril

IRA - Irish Republican Army (Exército Republicano Irlandês)

JAI – Justiça e Assuntos Internos

LCT – Lei de Combate ao Terrorismo

MDLP - Movimento Democrático de Libertação de Portugal

Nº - Número

OB. CIT. – Obra citada

OLP - Organização para a Libertação da Palestina

OP. CIT. – Opus citatum (Obra citada)

ORG. – Organização

P. - Página

PP. – Páginas

RASI – Relatório Anual de Segurança Interna

RECPC - Revista Electrónica de Ciencia Penal y Criminología (Revista Eletrónica de Ciência Penal e Criminologia)

REV. – Revisão

S.D. – Sem data

SS. – Seguintes

TE-SAT - EU Terrorism Situation & Trend Report (Situação d Terrorismo Europeu e Relatório de Tendências)

TRAD. – Tradução

VOL. – Volume

Resumo

O terrorismo está no centro das discussões nas sociedades contemporâneas. A sociedade global vê-se atualmente, quase diariamente, confrontada com este fenómeno que tem desencadeado uma paranoia coletiva em torno da segurança. Acredita-se que, se deve limitar a liberdade para se salvar a liberdade. O direito penal como instrumento de liberdade vê-se hoje confrontado com uma crescente demanda de segurança.

Assistimos a um Direito Penal que se desenvolve numa “sociedade de risco” e cuja a identidade é posta à prova.

Perante os novos riscos e de forma a combater os novos perigos da sociedade caracterizada como de “risco”, têm sido defendidas concepções próximas do Direito Penal do Inimigo, teoria desenvolvida pelo jurista alemão Günther Jakobs. Analisaremos as raízes, expansão e características deste movimento securitário, e consequentemente a sua relação com os princípios estruturantes do Estado de Direito.

Palavras-chave: Terrorismo, Direito Penal do Inimigo, Segurança e Liberdade.

Abstract

Terrorism is at the centre of the discussion in contemporary societies. Global society is currently, almost daily, throwing up, with the abovementioned phenomenon which has triggered a collective paranoia regarding security. It is believed that it should be limited the freedom to save the freedom. Nowadays, criminal law as an instrument of freedom is confronted with an increasing claim for security. We are witnessing a criminal law that develops in a "society of risk" and whose identity is tested.

In view of the new risks, and in order to combat the new dangers of society, which has been characterized as "risk", have been defended concepts close to the Criminal Law of the Enemy, developed by the German jurist Günther Jakobs.

We will analyse the roots, the expansion and also the characteristics of this security movement, as well as the relation with the Rule of Law's structuring principles.

Keywords: Terrorism; Criminal law of the enemy; Security; Freedom.

Introdução

Com o presente trabalho pretendemos abordar de forma breve, mas crítica, uma problemática preocupante e atual, com a qual temos de aprender a viver diariamente: o terrorismo e, no essencial, as medidas que têm sido adotadas para o prevenir e combater.

A principal motivação para a escolha deste tema é o atual panorama que se vive na Europa onde cada vez mais, e de forma mais intensa, temos que conviver com este fenómeno que se tornou uma realidade nos nossos dias

Começaremos por fazer uma breve análise do conceito de terrorismo, bem como da forma como este tem emergido nos últimos anos, principalmente desde o 11 de Setembro de 2001, nos Estados Unidos da América, passando por alguns daqueles que foram, até aos nossos dias, os atentados terroristas mais violentos sofridos na Europa.

Aqui chegados, analisaremos a forma como esta ameaça está a criar uma crise identitária no Direito Penal e, consequentemente, no Direito Constitucional, colocando em causa diversos direitos fundamentais, mormente a dignidade da pessoa humana e a liberdade, tudo em prol da obsessão que se criou em torno da segurança.

Assim, analisaremos a expansão do movimento securitário, observando de que forma esta ameaça levou ao ressurgimento de concepções próximas do Direito Penal do Inimigo, estudando a sua expansão e de que modo esta teoria tem influenciado as medidas antiterroristas adotadas pelos Estados.

Por fim, faremos uma incursão pela lei de combate ao terrorismo em vigor no ordenamento jurídico português (lei 52/2003 de 22 de agosto, recentemente alterada pela lei 60/2015, de 24 de junho), vendo quais as suas características e se encontramos naquela paralelismos com o denominado Direito Penal do Inimigo.

1. Enquadramento: Caracterização do Fenómeno do Terrorismo e a sua Expansão

O terrorismo não é um fenómeno novo, contudo, nos últimos anos, tem ganho um especial peso a nível Mundial dado que se funde constantemente com nas nossas vidas, tornando-se numa realidade quase diária. Não há dia sem que novos episódios desta saga de atentados, a juntar a uma lista, já longa, não nos sejam revelados pelos meios de comunicação social.

O terrorismo é uma ameaça que não reconhece fronteiras, limites ou quaisquer barreiras, afetando estados e povos independentemente da sua localização geográfica, raça, política ou religião.

Neste sentido, atuando quer individualmente, quer em grupo, os terroristas acreditam que podem alcançar os seus objetivos, sejam políticos, religiosos, ou outros, usando o terror e, assim, atacando indiscriminadamente pessoas inocentes, consubstanciando uma séria ameaça à democracia e aos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

1.1. Expansão do Terrorismo

Os casos de terrorismo em Portugal surgem logo após o 25 de abril em 1974, através de movimentos terroristas de extrema direita - CODECO, ELP/MDLP - que emergiram com o objetivo de combater o comunismo, seguindo-se um movimento terrorista de extrema esquerda, as FP-25, desmantelado apenas em meados da década de 80¹.

Também de registar o homicídio do dirigente da OLP – Issam Sartawi - pela organização Abu Nidal, em 1983, no Algarve, ou o atentado à Embaixada da Turquia em Lisboa, pelo grupo ASALA também em 1983.

A par dos referidos ataques, o terrorismo em Portugal constitui até 2001 sempre

¹ FERNANDES, Plácido Conde, *in Comentário das Leis Penais extravagantes*, Vol. I org. ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de e BRANCO, José, Universidade Católica de Lisboa, Lisboa 2010, p. 193;

uma preocupação latente, apesar de remota, atento à possibilidade de a ETA², o IRA³ ou alguma organização fundamentalista islâmica se servirem do território nacional como base de apoio ou de passagem na sua atividade.

Os movimentos terroristas surgidos na década de 70 despertaram a consciência do legislador português para a necessidade de legislar no sentido da punição e controlo destes atos.

Na sequência dos referidos atentados surgiu a lei 24/81 de 20 de agosto, a primeira legislação portuguesa anti-terrorista, punindo autonomamente os crimes de organizações terroristas e de terrorismo.

Os crimes em questão foram introduzidos no Código de Penal de 1982, encontrando-se previstos nos artigos 300.º e 301.º do Código Penal, onde se mantiveram até serem revogados pela lei 52/2003 de 22 agosto⁴⁵.

O terrorismo voltou a estar em voga com os atentados do 11 de setembro de 2001 ao World Trade Center, estes ataques não se limitaram a trazer o tema à tona, mais do que isso, transformaram-no num dos principais temas da atualidade.

Pela sua dimensão, pelas dezenas de estragos que causaram, atendendo à importância dos alvos atingidos e as centenas de mortes provocadas, os ataques terroristas do 11 de setembro tornaram-se, pelas piores razões, um marco histórico.

Esta data não se limitou a trazer o terrorismo para o centro da discussão, fez mais do que isso, alterou o seu paradigma. O fenómeno terrorista deixou de ser um

² A ETA (abreviatura para Euskadi Ta Askatasuna, denominação basca para Pátria Basca e Liberdade), é uma organização separatista/revolucionária que tem recorrido, ao longo dos tempos, à prática do terrorismo como forma de alcançar a independência da região do País Basco face à Espanha e França.

³ Comumente conhecido por IRA (abreviatura para Irish Republican Army), o Exército Republicano Irlandês pode ser definido como um grupo paramilitar que recorreu, no passado, à prática de atentados terroristas no movimento de reivindicação da separação entre a Irlanda do Norte e o Reino Unido.

⁴ PEREIRA, Rui, *Terrorismo e Insegurança, A Resposta Portuguesa*, in Revista do Ministério Público, nº98, Abril-Junho, pp. 77 e ss.

⁵ Dando cumprimento à Decisão-quadro do Conselho nº475/JAI/2002, de 13 de Junho, que tinha como objetivo principal garantir a eficácia na luta contra o terrorismo, através da aproximação das disposições pensais presente nos ordenamentos jurídicos dos Estados-Membros da UE.

acontecimento regional e converteu-se numa ameaça mundial⁶.

Seguiram-se ao 11 de setembro outros ataques terroristas de dimensão preocupante. Não faremos uma enumeração exaustiva, mas, a título de exemplo, referimo-nos aos ataques terroristas de 11 de março de 2003 em Madrid⁷, de 7 julho de 2007, em Londres⁸, os ataques ocorridos a 7 de janeiro de 2015, em Paris⁹, e o ataque terrorista de 13 de novembro de 2015, também em Paris¹⁰.

⁶ CANOS, Paños, Reflexiones en torno al “viejo” y al “nuevo” terrorismo, in Revista Española de Investigación Criminológica, nº7, 2009;

⁷ Os atentados de 11 de março, de 2004, foram atentados terroristas coordenados, quase simultâneos, contra o sistema de comboios suburbanos da Cercanías, em Madrid, Espanha, na manhã de 11 de março, de 2004, três dias antes das eleições gerais espanholas. As explosões causaram 191 mortes e feriram 2050 pessoas, https://pt.wikipedia.org/wiki/Atentados_de_11_de_mar%C3%A7o_de_2004_em_Madrid, última consulta em 5/05/2017;

⁸ Os atentados de 7 de julho de 2005 em Londres, também conhecidos como atentados ao metro de Londres, referem-se a uma série de explosões que atingiram a rede de transportes públicos da capital Britânica em plena hora de ponta, https://pt.wikipedia.org/wiki/Atentados_de_7_de_julho_de_2005_em_Londres, último acesso em 5/05/2017;

⁹ Em 7 de Janeiro, de 2015, um ataque terrorista atingiu o jornal satírico francês Charlie Hebdo, “Massacre do Charlie Hebdo foi um atentado terrorista que atingiu o jornal satírico francês Charlie Hebdo em 7 de janeiro de 2015, em Paris, resultando em doze pessoas mortas e cinco feridas gravemente (...) supostamente como forma de protesto contra a edição Charlie Hebdo, que ocasionou polémica no mundo islâmico e foi recebida como um insulto aos muçulmanos. Mataram 12 pessoas, incluindo uma parte da equipe do Charlie Hebdo e dois agentes da polícia nacional francesa, ferindo durante o tiroteio mais outras 11 pessoas que estavam próximas ao local. No mesmo dia, outro francês muçulmano (...) ligado aos atacantes do jornal (...) matou a tiros uma policial em Montrouge, na periferia de Paris, e no dia seguinte invadiu um supermercado kasher perto de Porte de Vincennes fazendo reféns, quatro deles são mortos (...) no novo ataque que terminou após a invasão do estabelecimento pela polícia francesa. (...). No total, durante os eventos entre 7 a 9 de janeiro, ocorreram 17 mortes em atentados terroristas na região de Île-de-France, em Paris.”

https://pt.wikipedia.org/wiki/Massacre_do_Charlie_Hebdo, último acesso a 5/07/2017;

¹⁰ Os ataques de novembro de 2015 em Paris foram uma série de atentados terroristas ocorridos na noite de 13 de novembro de 2015 em Paris e Saint-Denis, na França. Os ataques consistiram numa série de fuzilamentos em massa, atentados suicidas, explosões e uso de reféns. O ataque mais mortal foi no teatro Bataclan, onde os terroristas fuzilaram várias pessoas e fizeram reféns até o início da madrugada de 14 de novembro. Pelo menos 137 pessoas morreram e mais de 350 pessoas ficaram feridas, https://pt.wikipedia.org/wiki/Ataques_de_novembro_de_2015_em_Paris, último acesso em 5/05/2017;

Mais recentemente, 22 de março de 2016, em Bruxelas¹¹, 19 de dezembro de 2016, em Berlim¹², entre outros, demonstrando, nesta sequência temporal, a frequência e dimensão do fenómeno aqui em causa.

Importa referir que, desde o começo de 2017, e até ao presente, segundo um mapa interativo elaborado pela equipa de Esri Story Maps em colaboração com a PeaceTech Lab, ocorreram em todo o mundo 377 ataques terroristas, provocando 2 292 mortes¹³.

Aliado a esta emergência de ataques terroristas encontra-se o recurso às novas tecnologias¹⁴.

Em Portugal, e segundo o Relatório Anual de Segurança Interna atinente ao ano de 2016, assistiu-se a um aumento dos riscos de ocorrência de um atentado terrorista em território nacional¹⁵.

¹¹ Os atentados em Bruxelas, em março de 2016 foram uma ação terrorista, suicida, cometida na manhã de 22 de março, de 2016, no aeroporto e no metropolitano de Bruxelas;

¹² Na noite de 19 de dezembro, de 2016, um camião invadiu o mercado de Natal, ao lado da Igreja Memorial Imperador Guilherme na Breitscheidplatz, em Berlim, na Alemanha.

¹³ Da colaboração entre a equipa de Esri Story Maps e PeaceTech Lab, resultou a elaboração de um mapa interativo, este mapa utiliza dados crowdsourced da Wikipedia para apresentar uma cronologia de ataques terroristas ao redor do globo. Desde o início de 2017, até ao presente momento, ocorreram 377 ataques terroristas, provocando 2 292 mortes. Mapa disponível em: <https://storymaps.esri.com/stories/terrorist-attacks/?year=2017>, última consulta em: 15/04/2017;

¹⁴ “A ameaça terrorista cresceu e evoluiu rapidamente nos últimos anos, os modos de atuação dos ativistas e apoiantes do terrorismo mudaram, incluindo a substituição de grupos estruturados e hierarquizados por células semiautónomas com ligações ténues entre si. Estas células ligam redes internacionais e recorrem cada vez mais às novas tecnologias, em especial a internet. A internet é utilizada como fonte de inspiração e mobilização de redes terroristas locais e de indivíduos isolados na Europa, sendo igualmente fonte de informação acerca de meios e métodos terroristas, funcionando, portanto, como um «campo de treino virtual». As atividades de incitamento público à prática de infrações terroristas, de recrutamento para o terrorismo e treino para o terrorismo multiplicaram-se, com custos e riscos muito baixos.”, Decisão-Quadro do conselho 2008/919/JAI de 28 de Novembro de 2008 que altera a Decisão-Quadro 2002/475/JAI relativa à luta contra o terrorismo, disponível em: <http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2008:330:0021:0023:PT:PDF>, última consulta em: 6/05/2017;

¹⁵ Disponível em <http://oscot.pt/relatorio-anual-de-seguranca-interna-2016/>, última consulta em 2/05/2017.

Segundo o RASI *“Portugal enfrenta ameaças similares aquelas com que são confrontados os países do espaço geoestratégico e político de que estamos mais próximos e no qual projetamos muitos dos nossos interesses.*

Do conjunto destas ameaças sobressaem o terrorismo, a espionagem, a ciberameaça, a proliferação de armas químicas, biológicas, radiológicas e nucleares, os extremismos e a criminalidade organizada transnacional, designadamente no que concerne ao tráfico de estupefacientes, ao tráfico de pessoas, às migrações ilegais e à pirataria marítima.

A ameaça terrorista de matriz islamista a nível global conheceu um aumento sustentado nos últimos anos, tendo atingido, em 2016, um nível sem precedentes na Europa, o que levou diversos países a elevarem o grau da ameaça relacionado com este fenómeno. De entre os vários agentes da ameaça, a organização terrorista Estado Islâmico é a que maior capacidade operacional tem demonstrado para conduzir e inspirar ataques fora do seu espaço de implantação. No entanto, subsiste a ameaça oriunda de outras organizações como a Al Qaida, que mantém a intenção de atacar o ocidente e cujas ramificações permanecem ativas um pouco por todo o mundo.”

1.2. Definição de Terrorismo

Antes de prosseguirmos o nosso estudo, afigura-se oportuno, ainda que de forma sumária, dedicar alguma atenção a tentar, se não definir (pela dificuldade que tal acarreta), pelo menos clarificar o conceito de terrorismo através da referência aos traços mais característicos deste fenómeno.

Faremos, também, uma análise do conceito de terrorismo no qual se apoiam os regulamentos legais nesta área.

O termo “terrorismo” vem do latim *terrere* (tremar) e *detertere* (amedrontar).

Embora subsistam dúvidas quanto às suas origens, algumas fontes referem que o conceito de terrorismo surgiu, pela primeira vez, em 1528, sendo posteriormente utilizado em França para descrever a violência política do Partido Jacobino, através da

utilização da expressão “*Regime de la Terreur*”¹⁶.

No período contemporâneo, o terrorismo começou a surgir na agenda dos Estados e de fóruns internacionais na década de 1930, aquando do assassinato de Alexandre I, Rei da Jugoslávia e Ministro dos Negócios Estrangeiros Francês, por separatistas croatas em 1924. Este acontecimento deu origem, três anos depois, à primeira convenção promovida pelas Sociedades das Nações sobre a matéria¹⁷.

Posteriormente, com o fim da II Guerra Mundial, o termo “terrorismo” foi amplamente utilizado para qualificar os atos de entidades com agendas secessionistas no âmbito da campanha de descolonização.

Passando agora para análise deste conceito, atualmente bastante debatido, estima-se que existam, pelo menos, 109 possíveis definições de terrorismo.¹⁸

A definição de terrorismo está relacionada com a história, a cultura e as políticas das nações e organizações internacionais, daqui advém a dificuldade de se alcançar um consenso quanto à sua definição.

Em sentido literal, o conceito de terrorismo significa “*o sistema, ou regime, baseado no terror, quer dizer, no impacto psicológico negativo (sofrido por indivíduos, grupos, massas) provocado por atos de violência calculada*”¹⁹.

Jurídico-penalmente, este conceito não comporta uma definição consensual, constituindo uma tarefa bastante complexa encontrar uma única forma de o definir. Esta dificuldade deve-se ao facto de o terrorismo ser um fenómeno que para além de ter diferentes *modus operandi*, bem como diferentes finalidades, é também um fenómeno que se encontra em constante mutação.

Contudo, há aspetos quanto a este conceito que são consensuais, trata-se de uma

¹⁶ D. ACHARYA, Upendra, War on Terror or Terror Wars: The Problem in Defining Terrorism, disponível para consulta em <http://djilp.org/wp-content/uploads/2011/08/Acharya-Final.pdf>;

¹⁷ Esta convenção para a Prevenção e Repressão do terrorismo nunca chegou a entrar em vigor.

¹⁸ Quadro legislativo de sancionamento de atos de terrorismo: da realidade europeia à de países africanos de expressão lusófona, in Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar – DILP, Coleção Temas: n.º 59, Lisboa, Outubro de 2015;

¹⁹ ROGEIRO, Nuno, “O Inimigo Público, Carl Schmitt, Bin Laden e o Terrorismo Pós-Moderno”, Lisboa - Gradiva, 2003, p. 47

ameaça generalizada às sociedades, medida não apenas pelo número das suas vítimas e pela barbaridade das suas ações, mas também pelas limitações e constrangimentos ao funcionamento das sociedades enquanto Estados de Direito e à livre circulação das pessoas, que a sua possibilidade acarreta.

O conceito de terrorismo pode ser utilizado para descrever diversos comportamentos, comportando uma enorme variedade de modalidades e formas, bem como de distintos objetivos, sejam eles políticos, religiosos ou até mesmo indiscriminados.

Assim, existem abordagens diferenciadas quanto a este conceito: governamental, criminal, psicológica, académica e religiosa. Neste sentido, pode ser interpretado de diversas formas, seja como um ato criminoso, um ato de guerra, um ato religioso, ou um ato político. Um ato terrorista pode ser considerado um crime com consequências políticas, ou pode ser visto, dependendo do contexto, como um sacrifício religioso, ou, simplesmente querer transmitir uma mensagem de terror à sociedade²⁰.

O terrorismo exterioriza-se, vulgarmente, através de violentíssimos atos praticados por indivíduos, grupos ou pelo próprio estado, por razões políticas, económicas, religiosas ou ideológicas, tendo como um dos seus principais objetivos a manipulação das sociedades através da intimidação pelo medo.

Apesar de, como já mencionado (*supra* 1.1), não nos encontramos perante um fenómeno novo, a atividade terrorista sofreu um incremento exponencial no início do século XXI, bem como um desenvolvimento alarmante, quer quanto aos meios utilizados, quer quanto aos resultados obtidos.

Os atentados terroristas beneficiam quer da iniciativa²¹, quer das circunstâncias,

²⁰ SCHMID, Alex P. The Routledge Handbook Of Terrorism Research. 1. ed. Estados Unidos: Routledge Taylor & Francis Group, 2011, p. 2;

²¹ Neste sentido veja-se PEREIRA, Rui, “O Terrorismo venceria no exato momento em que nós prescindíssemos Estado de Direito Democrático” in Boletim da Ordem dos Advogados N.º133 / 134 Dezembro / janeiro, 2016, p. 38 “Primeiro, a iniciativa – pode escolher as circunstâncias, tempo, lugar e modo de cada atentado terrorista e isso é de facto um trunfo inestimável. Pense num jogo de xadrez... embora ainda não se tenha descoberto a partida perfeita, é crível que ganhem as peças que jogam à frente e não as que se defendem. A iniciativa dá uma grande vantagem, porque quando nos defendemos de um atentado terrorista fazemo-lo à escala planetária. Onde será o próximo? Com que armas? Não sabemos. A

quer do lugar, bem como do facto das organizações terroristas por trás destes não estarem sujeitas a qualquer tipo de regras, sejam elas, legislativas ou morais, ficando, assim, em clara vantagem perante os seus alvos.

Apesar de existirem várias definições de terrorismo, a definição que melhor se enquadra ao estudo em questão é a que se encontra plasmada na lei 52/2003 de 22 de agosto, com as devidas alterações. Esta lei concebe o terrorismo como um fenómeno transfronteiriço e violador da paz pública.

A lei *supra* mencionada transpõe a decisão quadro n.º 2002/475/JAI, do Conselho, de 13 de junho, alterada pela decisão-quadro n.º 2008/919/ JAI do Conselho, de 28 novembro²².

A decisão-quadro n.º 2008/919/ JAI do Conselho, de 28 novembro considera que *“o terrorismo constitui uma das mais graves violações dos valores universais em que a União Europeia se funda: dignidade humana, liberdade, igualdade, solidariedade, respeito pelos direitos do Homem e pelas liberdades fundamentais. Representa também um dos ataques mais graves à democracia e ao Estado de Direito, princípios comuns aos Estados-Membros e nos quais a União Europeia assenta.”*

Segundo Plácido Conde Fernandes o conceito de terrorismo, para fins de harmonização penal na União Europeia, resulta da combinação de três componentes cumulativos²³:

- a) Um **crime de base, ou ato terrorista stricto sensu**, nomeadamente os previstos nas alíneas do n.º 1 do artigo 2.º da lei de combate ao terrorismo;
- b) Um **elemento funcional-teleológico objetivo** ou **nexo de risco relevante**, que tendo por referência a natureza dos atos visados (organização terrorista – artigo 2.º da Lei 52/2003), ou cometidos (terrorismo – art. 4º da Lei

segunda vantagem é que o terrorismo não está sujeito a regras. Imagine como é jogar sem regras: se eu jogar xadrez consigo e se me diz que o bispo se move de forma oblíqua e eu respondo “quem é que disse? Eu vou movê-lo para a frente ou para trás, ou para o lado...” isto dar-me-ia uma grande vantagem. O terrorismo não tem regras morais, nem jurídicas, nem de outra natureza qualquer.

²²

Disponível

em:

<http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2008:330:0021:0023:PT:PDF>,

ultima

consulta em: 6/05/2017.

²³ FERNANDES, Plácido Conde, in *Comentário das Leis Penais extravagantes*, Vol. I, ob. cit., p. 200;

52/2003) e o contexto em que pretendam ser cometidos ou em que já foram, permita concluir pela sua suscetibilidade de afetar gravemente um Estado ou população.

c) Um **elemento funcional-teleológico subjetivo**, segundo o qual esses atos apenas serão considerados infrações terroristas quando visem intimidar gravemente uma população, constranger indevidamente os poderes públicos ou uma organização internacional a praticar ou abster-se de praticar qualquer ato ou desestabilizar gravemente ou destruir as estruturas fundamentais políticas, constitucionais, económicas ou sociais de um país ou organização internacional²⁴.

No entanto, a definição de terrorismo, em nosso entendimento, tomando em consideração as decisões-quadro já mencionadas e a lei 52/2003, vai mais longe, uma vez que, ainda que não seja praticado nenhum ato terrorista em concreto, devem ser punidos, também determinados atos intencionais, bem como as tentativas e atos preparatórios.

Destarte, o conceito de terrorismo é, atualmente, bastante abrangente, considerando-se que o incitamento público à prática de infrações terroristas, o acesso a mensagens de incitamento à prática dos fatos previstos no artigo 2, nº1 da lei 52/2003, fazendo delas uso para os atos preparatórios dos referidos atos, bem como as deslocções a países terceiros com intenções terroristas, o recrutamento e treino para o terrorismo, já podem ser englobados no conceito de terrorismo.

²⁴ Art.º2 da lei 52/2003 “*Considera-se grupo, organização ou associação terrorista todo o grupo de duas ou mais pessoas que, atuando concertadamente, visem prejudicar a integridade e a independência nacionais, impedir, alterar ou subverter o funcionamento das instituições do Estado previstas na Constituição, forçar a autoridade pública a praticar o ato, a abster-se de o praticar ou a tolerar que se pratique, ou ainda intimidar certas pessoas, grupos de pessoas ou a população em geral, mediante: a) crime contra a vida, a integridade física ou a liberdade das pessoas (...)*”.

2. As alegadas exigências do terrorismo: um Direito Penal do Inimigo como novo paradigma do Direito Penal?

2.2. Crise do Direito Penal

Nas últimas décadas do século XX, que dão início à etapa histórica conhecida como pós-modernidade, o poder punitivo expandiu-se de tal modo que quase não existe nenhum setor da vida onde não esteja presente.²⁵

Contudo, nos últimos anos, o Direito Penal enfrenta uma crise de identidade, a época da pós-modernidade e da globalização suscita ao Direito Penal novos desafios. Na esteira de Figueiredo Dias, ela anuncia o fim de uma sociedade industrial em que, os riscos para a existência individual e comunitária, provinham de acontecimentos naturais ou derivavam de ações humanas definidas, para as quais era suficiente uma tutela clássica dos bens jurídicos como a vida, a integridade física, a propriedade, etc²⁶. A referida sociedade tem vindo a ser rapidamente substituída por uma sociedade exasperadamente tecnológica e global, onde a ação humana, devido às novas tecnologias, é susceptível de causar danos e riscos globais.

Ora, diz-se que, para tutela destes riscos, o Direito Penal de vertente liberal não está preparado.

Nomeado por alguns como o período de transição do Direito Penal moderno, o sistema penal encontra-se numa encruzilhada entre a conservação dogmática e o pragmatismo que desafia a vigência dos seus próprios fundamentos clássicos, esta mudança de paradigma conhece o seu apogeu nos denominados “crimes contra o terrorismo”²⁷.

Através de um discurso securitário, próximo do Direito Penal do Inimigo, assiste-se a uma mudança da teologia do Direito Penal, bem como das suas bases

²⁵ Cf. DIAS, Jorge de Figueiredo, *Direito Penal – Parte Geral, Tomo I – Questões Fundamentais*, A Doutrina Geral do Crime, 2ª edição, Coimbra editora, Coimbra 2007, pp. 133 ss.;

²⁶ *Idem*, p. 134;

²⁷ Cf. BARGADO, Gonçalo e MATOS, Nuno Igreja, “Entre o Cidadão e o Inimigo – Novas Tendência de Combate ao Terrorismo”, in *Revista de Ciências Jurídico-Criminais, Anatomia do Crime*, nº1, Janeiro-Junho 2015, Almedina 2015, p.45;

antropológicas. O equilíbrio exigível ao Direito Penal, tutelar bens jurídicos afetados pela conduta humana e garantir os direitos daqueles que praticam infrações penais, em relação aos excessos do *ius puniendi* do Estado, está em risco de desaparecer face às novas tendências penalistas em curso.

A verdade é que, o conjunto de vantagens que os terroristas e respectivas organizações têm sob os seus alvos provoca uma constante sensação de insegurança e o sentimento iminente de que novos perigos podem emergir. Estes fatores conduzem a um permanente estado de alerta obrigando à constante criação de mecanismos de prevenção numa crescente demanda de segurança.

Estamos perante o Direito Penal que se desenvolve numa sociedade risco²⁸.

“Sociedade de Risco” foi um conceito desenvolvido por Ulrich Bek, que se liga à problemática da pós-modernidade e da globalização. O sociólogo atribui a caracterização de risco à sociedade contemporânea em consequência do aparecimento de novas ameaças à escala planetária, sendo uma dessas ameaças o terrorismo, estes novos riscos comprometem a continuidade da sociedade em que vivemos. Uma vez que nos encontramos perante a emergência de novas ameaças globais e de difícil resolução, o autor conclui que nos inserimos numa “Sociedade de Risco Global”.²⁹

Assim, o quadro de novos riscos exige do Estado mais segurança, mais medidas de proteção e mais Direito Penal, que é chamado constantemente a intervir e, ao mesmo tempo, obrigado a adaptar-se a esta nova realidade.

Perante o cenário de fundo explanado, reclama-se constantemente por mais direito penal e, simultaneamente, por um Direito Penal mais rígido e menos garantístico. Numa tentativa de antecipação, os Estados respondem ao fenómeno do terrorismo, adoptando uma cultura de segurança e controlo, careada em leis preventivas tudo em prol de mais

²⁸ O conceito de sociedade de risco, como refere Gomes Canotilho, engloba elementos como o “sentimento de insegurança” e “angústia tecnológica”, e ainda questões jurídicas que lhe estão intrinsecamente associadas, nomeadamente a nova definição de novos bens jurídicos, CANOTILHO, José Joaquim Gomes, “Terrorismo e Direitos Fundamentais” in *Criminalidade Organizada e Criminalidade de Massa - Interferências e Ingerências Mútuas*, coordenação: VALENTE, Manuel Monteiro Guedes, Almedina 2009, p. 28;

²⁹ Para mais sobre o conceito de Sociedade de Risco cfr. Beck, Ulrich, 1944 - *World risk society* / Ulrich Beck. - Reimp. 2000. - Cambridge : Polity Press, 1999. – VIII;

segurança.

Na verdade, com o advento da moderna sociedade de risco, a segurança torna-se no mais importante bem protegido. Nas palavras de Klaus Gunther, uma vez elevada a objeto de proteção do Direito Penal, a segurança entra em concorrência com a liberdade, sendo que, na pior das hipóteses, é um jogo de soma zero: quanto mais liberdade, menos segurança e *vice-versa*.

Este jogo, de forma cada vez mais frequente, é decidido a favor da segurança. Qualquer medida para melhorar a segurança revela novas lacunas, das quais podem resultar novos riscos que, por sua vez, apelam ruidosamente a mais segurança³⁰³¹.

Face ao exposto, ainda que, ao longo dos tempos, o direito à segurança tenha sido considerado mais como uma garantia ou meio de efetivação dos direitos fundamentais, importa observar que este paradigma parece estar a alterar-se, pelo que, não nos podemos deixar de questionar acerca da provável existência de um verdadeiro direito subjetivo à segurança por parte de cada cidadão.

Como sabemos, a proposta de redução dos direitos, das liberdades e das garantias, quando sustentada em reais problemas de aumento qualitativo da criminalidade,

³⁰ GUNTHER, Klaus, “Da Liberdade à Segurança – Os Fundamentos Normativos do Direito Penal”, in Anatomia do Crime, Revista de Ciências Jurídico-Criminais, N.º4, Julho-Dezembro/2006, Almedina 2016, p. 17;

³¹ O direito à liberdade e à segurança encontra-se tutelado constitucionalmente no art. 27.º da Constituição da República Portuguesa, onde figura uma íntima ligação existente entre estes dois valores, na medida em que “a liberdade só é autêntica e plena se puder ser exercida em condições de segurança pessoa”, assim como o “direito à segurança, por seu turno, mais não é do que uma garantia de um exercício livre dos direitos fundamentais - PORTELA, Irene Maria, A Segurança e a escolha do Inimigo: o Efeito Double-Bind do 11-S. Uma análise da Legislação antiterrorista, editado on-line pela Universidade de Santiago de Compostela, disponível em <https://books.google.pt/books>, p. 976; Olhando para a anotação de Gomes Canotilho e Vital Moreira quanto ao conteúdo do art. 27.º da CRP, podemos observar que o sentido do texto atual comporta duas dimensões: (i) dimensão negativa, estritamente associada ao direito à liberdade, traduzindo-se num direito subjetivo à segurança (direito de defesa perante agressões dos poderes públicos); (ii) dimensão positiva, traduzindo-se num direito positivo à proteção através dos poderes públicos contra as agressões ou ameaças de outrem (segurança da pessoa, do domicílio, dos bens)” – CANOTILHO, José Joaquim Gomes e MOREIRA, Vital - Constituição da República Portuguesa - Anotada - Volume I - Artigos 1º a 107º, Reimpressão 2014, Coimbra Editora, anotação ao art. 27.º da CRP;

principalmente quando falamos de uma criminalidade terrorista, é sedutora, uma vez que se alega a limitação da liberdade para salvar a liberdade.

A adaptação do Direito Penal tem-se refletido na sua transformação e expansão através da ampliação das sanções penais e endurecimento da pena de prisão, na flexibilização dos princípios de imputação, na criação de novos crimes de perigo, na adoção de leis penais em branco e com cláusulas gerais e na definição de novos bens jurídicos³².

Esta desestabilização do Direito Penal equivale, conseqüentemente, a uma alteração dos princípios estruturantes da Constituição da República Portuguesa, em especial no sistema de direitos e liberdades fundamentais aí consagrados.

Ora, o novo paradigma de Direito Penal proposto por Jakobs³³ insere-se na esteira deste movimento securitário, que emergiu enquanto reação ao crescente desenvolvimento da atividade terrorista e da criminalidade organizada. Apoiando-se no ambiente de instabilidade caracterizador da sociedade de risco, bem como na resposta ineficiente do Direito Penal no combate à criminalidade, os seguidores deste entendimento têm recebido uma maior permeabilidade por parte da comunidade na difusão do seu discurso e das medidas por si propostas.

2.3. Tendências de Combate ao Terrorismo

As alternativas apontadas para a resolução do emergente fenómeno do terrorismo, face à necessidade de adaptação do Direito Penal às novas realidades, têm divergido entre a salvaguarda de um Direito Penal mínimo e as tentativas de adaptar os critérios legitimadores da sua intervenção.

Assim, importa fazer uma breve exposição desta divergência à luz da teoria do bem jurídico.

³² Neste sentido veja-se: SILVA, Germano Marques da, *Direito Penal Português – Vol I, Introdução e Teoria da Lei Penal*, 3ª edição, Verbo, Lisboa 2010, p.211;

³³ Günther Jakobs (Mönchengladbach, 26 de julho de 1937) é um autor de livros de Direito, filósofo e professor Emérito de direito penal e Filosofia do Direito. Na comunidade é conhecido pela defesa do controverso conceito de Direito penal do inimigo.

As tendências de resistência à modernização do Direito Penal negam a capacidade do mesmo para fazer frente aos novos perigos da sociedade moderna, tendo todas em comum a defesa da redução mínima dos limites do direito penal.

Do lado da resistência destaca-se a escola de Frankfurt liderada por Hassemer³⁴, o ilustre penalista defende que, o Direito Penal não deve encarregar-se da defesa da sociedade perante os novos riscos e advoga pela manutenção intacta do sistema conceptual do Direito Penal clássico, considerando inaceitáveis as transformações que este direito tem sofrer para garantir a proteção dos novos riscos. Uma vez que, aquelas transformações supõem um abandono dos princípios do direito penal clássico, privando-o da sua identidade e desvirtuando o seu carácter de última *ratio*.

Assim, esta teoria critica a flexibilização das fronteiras de última *ratio* da intervenção penal, através da técnica dos crimes de perigo abstrato e da tutela de bens jurídicos *supra*-individuais ou coletivos.

Hassemer propõe, como alternativa, a criação de um novo Direito de Intervenção para evitar a descaraterização do Direito Penal clássico e satisfazer, assim, as necessidades da chamada sociedade de risco.

No outro extremo perfilam-se aqueles que preconizam a criação de um Direito Penal por inteiro funcionalizado às exigências próprias da sociedade de risco.

Neste sentido, e a favor da tendência da modernização, sendo para si esta indiscutível, veja-se Schunemann, o qual advoga pela modernização do Direito Penal, defendendo que o mesmo é o instrumento necessário e adequado para fazer face aos novos riscos da sociedade moderna. Para tal, aceita a possível flexibilização dos critérios de imputação e das garantias processuais e penais que tal pode implicar. Salaria que, se a dogmática penal é incapaz de se adaptar aos novos tempos, então a sua evolução e subsistência está comprometida³⁵.

³⁴ HASSEMER, Windfried, “Viejo y nuevo Derecho penal” in Persona, mundo y responsabilidad, Bases para una teoría de la imputación en Derecho Penal, Editorial Temis, Santa Fe de Bogotá, 1999, pp. 33-37;

³⁵ Descrição do pensamento de Bernd Schunemann, promovida por DÍAZ, María José Jiménez, “Sociedad Del Riesgo E Intervención Penal”, in Revista Electrónica de Ciencia Penal Y Criminología,

É neste ponto que chegamos a uma atual discussão penalista, caracterizada por tendências securitárias e expansionistas próximas do Direito Penal do Inimigo, de modo a compreendermos melhor este fenómeno importa primeiramente percorrer as suas origens e fundamentos.

2.3.1. Combate ao Terrorismo através do Direito Penal do Inimigo

2.3.1.1. Expansão de um Direito Penal Punitivo – Direito Penal do Inimigo

Não são de hoje as construções dogmáticas do Direito Penal do Inimigo e as manifestações de um Direito Penal, segundo o qual, aquele que comete determinados tipos de crime, como crimes terroristas ou conexos a este, não é, ou não deve ser considerado cidadão, mas como um “cancro societário” que deve ser eliminado da sociedade.

Este tipo de concepções tende a emergir perante tipos de criminalidade muito graves, como é o caso das ações terroristas, pela violência que lhes está associada e pela dimensão dos seus efeitos. Ora, numa tentativa de resposta aos anseios por uma sociedade mais segura e controlada, as construções dogmáticas do direito penal do inimigo vão-se subtilmente imiscuindo.

Na verdade, ligado ao conceito de Direito Penal de risco, ou sociedade de risco, encontramos o conceito de Direito Penal do Inimigo. Enquanto o primeiro descreve uma mudança no modo de entender e agir no Direito Penal, mudança esta resultante da época que vivemos, o segundo é como que a consequência fatal de um Direito Penal que se desenvolve numa sociedade de risco.

Voltemos, então, à origem da querela. O conceito de “Direito Penal do Inimigo” foi introduzido pela primeira vez na discussão por Gunther Jakobs em 1985, a propósito da problemática da antecipação das barreiras da punibilidade em casos de especial perigosidade.

Em 1999, no congresso sobre os desafios do futuro para a ciência do Direito Penal, que teve lugar em Berlim, o jurista alemão assumiu posições de defesa do

denominado “Direito Penal do Inimigo”³⁶.

Ergueram-se contra esta tese duras críticas, que conduziram ao afastamento temporário por parte do Autor do desenvolvimento da sua tese. Porém, no ano de 2003 e perante a conjuntura mundial de criminalidade, pautada pelo aumento da ameaça terrorista, Jakobs reapresentou a sua teorização, reforçando a perspectiva de adoção de um novo paradigma no seio do Direito Penal.

Na concepção de Jakobs existe uma dualidade de Direitos Penais, o Direito Penal dito comum, do cidadão e, paralelamente, um Direito Penal especificamente dirigido a delinquentes e criminosos, denominados de “inimigos”. O “inimigo” deve ser combatido através da adopção de medidas preventivas, ainda que isso se reflita numa limitação desmensurada dos seus direitos, liberdades e garantias³⁷. A finalidade do Direito Penal do Inimigo é dar resposta às exigências de segurança por parte da sociedade.

Jakobs defende um Direito Penal que separe os seus cidadãos em cidadãos de plenos direitos e não cidadãos ou fontes de perigo, ou seja, os inimigos, estabelecendo que os últimos estariam sujeitos a procedimentos diferentes dos primeiros, com menos garantias processuais e sujeitos a uma atuação preventiva, se necessário.

Inimigo, nesta concepção, é o indivíduo cujas ações são de tal modo lesivas e violadoras da norma jurídica, que constituem verdadeiros atentados contra o Estado. Assim, estes sujeitos devem ser destituídos da condição de pessoa, perdendo os seus direitos e não mais sendo tratados como cidadãos.

Entre criminosos sexuais e outros, talvez o grande exemplo sempre citado por Jakobs de quem seria o inimigo do Estado, tenha sido, justamente, a figura do terrorista.

³⁶ COSTA, Nuno Dias, “*Direito Penal do Inimigo-Inimigo Do Direito Penal?*”, in Revista Portuguesa de Ciência Criminal, Ano 18, nº4, Outubro-Dezembro 2008 – Diretor: DIAS, Jorge de Figueiredo, Coimbra Editora, Coimbra 2008, p.420;

³⁷ Assim, o conceito de Direito penal do inimigo pode ser entendido como a construção dogmática jurídico-penal elaborada nos finais do século XX, tendo por principal mentor Günther Jakobs, cujo entendimento, contido essencialmente na sua obra “Direito Penal do Cidadão e Direito Penal do Inimigo” (no original, Bürgerstrafrecht und Feindstrafrecht).

Importa referir que, a proposta de Jakobs encontra origens múltiplas no pensamento filosófico³⁸.

Neste sentido, o Protágoras de Platão, no qual Protágoras conta a Sócrates o mito de Prometeu e Epimeteu. Epimeteu atribui todas as habilidades de subsistência aos animais e nenhuma aos seres humanos. Zeus para auxiliar a espécie humana, envia Hermes, encarregando-o de dar aos homens a moral e a justiça, devendo estas ser distribuídas por todos de igual forma, contudo Zeus ordenou também que quem não fosse capaz de participar da honra e da justiça, deveria ser eliminado e tido como um flagelo para a sociedade³⁹.

Contudo é nos iluministas, teóricos do contratualismo como Rosseau, Kant, Fichte e Hobbes, que Jakobs encontra os principais alicerces da sua tese.

Em Rousseau encontra um entendimento que sustenta a marginalização do indivíduo que não obedeça ao contrato social estabelecido entre o Estado e os cidadãos. Nesta concepção são considerados como inimigos os delinquentes que cometam graves delitos colocando em causa o contrato social como pacto de natureza política⁴⁰.

No mesmo sentido vai a aceção de Fichte, que entende que, aquele que rompe com o contrato perde todos os seus direitos como cidadão, bem como ser humano, e passa ao estado de ausência total de direitos⁴¹.

Em aceções semelhantes, mas com algumas diferenças destacam-se Kant e Hobbes, de quem Jakobs se aproxima mais.

Hobbes, defende que o Estado deve promover a paz, a segurança e a confiança entre os cidadãos. Daqui resulta o poder de punir aqueles que infringam a lei e esse

³⁸ Mais aprofundado em, VALENTE, Manuel Monteiro Guedes, O Direito Penal do Inimigo e o Terrorismo – “O Progresso ao Retrocesso, Almedina 2010, pp. 20 e ss.

³⁹ VILELA, A.Lobo, Protágoras ou Sofistas, Ed. Inquérito, 2ª edição, Lisboa, s.d. pp. 26-29;

⁴⁰ VALENTE, Manuel Monteiro Guedes, O Direito Penal do Inimigo e o Terrorismo – “O Progresso ao Retrocesso, ob. Cit. p.32;

⁴¹ JAKOBS, Günther, “*O Direito Penal do Cidadão e o Direito Penal Do Inimigo*”, in *Direito penal do inimigo: noções e críticas* / Günther Jakobs, Manuel Cancio Meliá ; org. e trad. André Luís Callegari, Nereu José Giacomolli ; rev. Rosane Marques Borba - 2a ed. - Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007, p. 25.

direito de punir só se encontra limitado, se o infrator oferecer expectativas de segurança futura. Caso assim não seja, deve ser-lhe aplicado o Direito Penal da guerra ou do inimigo⁴².

Kant⁴³, em Paz Perpétua, defende uma concepção de inimigo como uma ameaça à ordem jurídica instituída. Segundo o Autor existem dois estados: o estado de natureza, no qual a insegurança é uma constante e se vive e em permanente estado de guerra, e o estado de paz ou estado legal, em que os homens convivem em comunhão e se relacionam segundo um estado legal emergente do direito político. Os membros deste último estado que coloquem em perigo a sua paz, devem ser afastados⁴⁴.

Em suma, o conceito de Direito penal do Inimigo, que tem como principal mentor Günther Jakobs, trata-se de uma construção jurídico-penal elaborada no final do século XX, que propõe a existência de um novo modelo de Direito Penal, paralelamente ao Direito vigente, cujo principal objetivo é responder às exigências de segurança por parte da sociedade, ainda que em prole da liberdade⁴⁵. *Infra* aprofundaremos melhor a forma como as características deste Direito se refletem nos ordenamentos jurídico-penais.

2.3.1.2. Direito Penal do Inimigo como Resposta no Estado de Direito

O Direito Penal do Inimigo tem origem no próprio Direito Penal, o modelo propugnado pelo jurista alemão Gunther Jackobs, em contraposição ao comum Direito Penal do facto, trata-se de um Direito Penal do Autor, na medida em que o direito é aplicado não em função do ato praticado, mas do sujeito que o praticou.

⁴² VALENTE, Manuel Monteiro Guedes, O Direito Penal do Inimigo e o Terrorismo – “O Progresso ao Retrocesso, ob. Cit. p.38;

⁴³ Sobre a influência kantiana no Direito Penal do inimigo veja-se mais desenvolvidamente: PÉREZ DEL VALLE, Carlos, “ La fundamentación iusfilosófica del derecho penal de enemigo. Precisiones sobre la interpretación de Kant” in *Revista Electrónica de Ciencia Penal y Criminología*, 2008, nº 10-03, pp.03:1 e ss. Disponível em <http://criminet.ugr.es/recpe10-03.pdf> - ultimo acesso em 14-04-2017.

⁴⁴ KANT, Immanuel, A Paz Perpétua e Outros Opúsculos, Coimbra: Edições 70, 2008, pp. 136-137;

⁴⁵ O direito penal do inimigo traduz-se no retomar da eterna questão da contraposição entre liberdade e segurança, posicionando-se no sentido de prevalência da última.

O motivo que conduziu o ilustre penalista à construção desta dogmática terá sido, certamente, a crença de que inexistia alternativa ao atual sistema penal capaz de satisfazer as exigências decorrentes do surgimento de novos desafios no campo da criminalidade, isto face às debilidades que o sistema penal tem revelado no combate aos novos tipos de crime e à evolução dos tipos de criminalidade existentes.

O Direito Penal do Inimigo intervém tendo em conta a perigosidade do indivíduo, ou seja, a regulamentação jurídico-penal liga a punibilidade a tipos de agentes e às características da sua personalidade.

No que respeita à punibilidade em concreto e segundo este modelo deve a pena ser infligida em proporção do nível de perigosidade que o indivíduo constitui para a sociedade e para o Direito.

Assim, o indivíduo não é sancionado pelo facto ilícito que praticou e pela sua culpabilidade, mas sim em conformidade com o que representa para a sociedade, um potencial perigo.

No caso particular do terrorismo, assistimos, desde o início do século XXI, ao surgimento de uma construção da imagem do terrorismo islâmico enquanto principal inimigo da segurança dos Estados do ocidente⁴⁶.

O Direito Penal do Inimigo manifesta-se nos ordenamentos jurídico-penais através das seguintes características:

- a) Tutela marcada e intencionalmente antecipada de bens jurídicos, numa alteração de paradigma de facto passado para o futuro;
- b) Centralidade do crime de perigo indireto de forma a possibilitar a incriminação de condutas, que, em abstrato, se revelam inidóneas e desadequadas para criar aquelas situações de perigosidade legitimadoras de antecipação de intervenção penal;
- c) Formulação estrutural dos pressupostos incriminadores, com especial

⁴⁶ Alguns dos ataques terroristas verificados nos últimos anos, principalmente Os ataques do 11 de setembro de 2001, 11 de março de 2004 e 7 de junho de 2005, conduziram à impopularidade da comunidade mulçumana, principalmente, nos países do ocidente, que lhes atribuem o principal papel no que concerne aos ataques terroristas, considerando estes como alvos/inimigos a abater.

sub-valorização dos pressupostos objetivos essenciais do direito penal;

d) Inversão do ónus *probandi* atenuando a presunção de inocência do arguido;

e) Diminuição das garantias processuais;

f) Radicalização da pena prisão nos seus limites máximos e mínimos e, intensificação do rigor repressivo nas várias modalidades de execução das penas acompanhada de bloqueio a políticas criminais alternativas, ou seja, penas desprovidas de intenções preventivas e como mero afirmar da identidade da sociedade⁴⁷.

As caraterísticas *supra* enunciadas demonstram que este modelo possui um cunho fortemente anti-garantístico, pautando-se pela restrição das garantias em sede de Direito Processual Penal e descurando os princípios de direito constitucionalmente consagrados, como os princípios da proporcionalidade, da presunção de inocência e da legalidade.

O Direito Penal do Inimigo, como Direito Penal do autor, atua antes do crime acontecer, deixando de vigorar a excepcionalidade dos atos preparatórios, substituindo-se esta pelo princípio da punibilidade de todos os atos preparatórios, incrementando a ação penal sustentada no perigo para a segurança cognitiva da sociedade.

A questão que se coloca é a seguinte: pode um Estado de Direito incorporar uma tal lógica securitária de exceção sem corromper a sua configuração?

Esta concepção atendendo às suas caraterísticas viola princípios fundamentais e basilares de qualquer Estado de Direito Democrático.

Desde logo, viola o princípio da Dignidade da Pessoa Humana. Considerada por muitos como a pedra angular do nosso sistema de direitos, este princípio implica que na aplicação de sanções penais seja respeitado o princípio da proporcionalidade e, que a sua punição, não assuma um papel de exemplo punitivo para a sociedade.

Efetivamente, o controlo preventivo e o Direito Penal do autor são

⁴⁷ Assim, CANOTILHO, José Joaquim Gomes, “Terrorismo e Direitos Fundamentais”, ob. cit., pp. 22 e ss.

caraterísticos dos Estados autoritários ou totalitários. Num Estado de Direito Democrático, baseado na igualdade e na dignidade da pessoa humana não pode haver cidadãos e não cidadãos.

Temos de identificar e punir os agressores, mas sempre sem esquecer o princípio que nos é inerente enquanto pessoas, fazendo parte da nossa própria natureza, por mais hediondos que sejam alguns atos, os mesmos só podem e só deverão ser punidos de forma justa e proporcional.

Existe uma íntima ligação entre o Direito Penal e o Direito Constitucional, aliás a própria constituição contém no seu título II – Direitos, liberdade e garantias, bem como previsões de política criminal, razão pela qual, em respeito da estreita ligação entre o Direito Penal e a Constituição, o *ius puniendi* terá como derradeiro limite a Constituição da República Portuguesa.

Assim, importa ter sempre presente que, no combate ao terrorismo, os princípios e valores que constituem a base e fundamento do Estado de Direito, em especial, o princípio da dignidade da pessoa humana, devem ser, sem exceção, a referência e o limite inultrapassável na aplicação de medidas restritivas de direitos, liberdades e garantias.

Destarte, pese embora num Estado de Direito Democrático, haja a necessidade de proteger os princípios de segurança, paz, existência do Estado e liberdade da comunidade, mediante a adopção de medidas de carácter restritivo às situações e/ou sujeitos que contendam com esses valores constitucionalmente tutelados. No que tange especificamente ao terrorismo, e respectivas implicações no relacionamento com os valores constitucionais, incorre-se no risco de este ter desplotado a cooperação judiciária em matéria penal para uma perseguição do presumível terrorista - agente de um facto criminoso - e não para a perseguição do facto criminoso “terrorismo” perpetrado por um cidadão.

Conclui-se, face ao *supra* exposto que em Portugal, bem como em qualquer Estado de Direito democrático, concepções como o Direito Penal do Inimigo são claramente inconstitucionais.

No Estado de Direito, um Direito Penal que se proponha minimamente democrático, apenas poderá tipificar condutas e não pessoas ou modos de vida, de outra

forma implicaria, em última instância, a hipoteca do Estado de Direito e dos princípios jurídicos e garantias que o sustentam e caracterizam.

2.3.2. O alcance e efeitos da teoria de Jakobs no atual paradigma do Direito Penal Internacional - Proliferação de leis de emergência e aumento de leis de tonalidade securitária

A emergência inesperada de um “novo terrorismo”⁴⁸, que dirige as suas ações a objetivos heterogêneos, proporcionou a proliferação de leis que, não sendo tecnicamente de emergência, contudo, insurgem para levar a cabo uma política criminal à flor da pele⁴⁹.

As leis de emergência ou de exceção são abundantemente produzidas, de tal modo que, se admitem exceções a princípios democráticos estruturantes do Estado de Direito, exceções estas que, aos poucos, se transformam em regras e reforçam o Estado policial. Desta forma, são instituídos espaços de suspensão de direitos fundamentais e das suas garantias, levando a que, no campo do controlo social, exercido através do sistema penal, a diferença entre democracia e Estados totalitários se vá tornando cada vez mais ténue⁵⁰.

Perante a conjuntura mundial o Direito Penal do Inimigo encontrou um campo fecundo para a germinação dos seus ideais punitivos.

Os exemplos de manifestações de concepções próximas do Direito Penal do Inimigo iniciaram-se por meio da reação dos Estados Unidos da América aos atentados do 11 de setembro: i) o USA *Patriot Act*, de 26 de outubro de 2001; ii) os prisioneiros enclausurados em Guantánamo sem direito a um julgamento justo; e iii) a criação, pela administração americana, de tribunais militares especiais para julgar os suspeitos de participação nos atentados.

Porém, o Direito Penal do Inimigo manifesta-se também no espaço Europeu - onde se assiste a um ponto de viragem. Gradualmente vão-se imiscuindo os regimes de

⁴⁸ Global e Tecnológico.

⁴⁹ Neste sentido COSTA, José de Faria, “A criminalidade em um mundo globalizado” in *Direito Penal Económico e Europeu: Textos Doutrinários*, Vol. III, Coimbra, 2009, p. 116 e 117;

⁵⁰ Cf. SILVA, Germano Marques da, *Direito Penal Português – Vol I, Introdução e Teoria da Lei Penal*, 3ª edição, Verbo, Lisboa 2010, pp. 50 e ss.;

exceção, progressivamente mais limitadores das liberdades de cada um e igualmente mais permissivos na intrusão na intimidade da vida privada.

Vejamos alguns exemplos destas manifestações no quadro europeu:

I. **Em Inglaterra**, surgiu o *Terrorism Act* 2000, a primeira grande medida legislativa de cunho marcadamente antiterrorista adoptada pelo Reino Unido, tendo constituído um papel decisivo na construção do conceito e criminalização do terrorismo⁵¹.

Posteriormente, o *Terrorism Act* de 2006, foi mais longe, estendendo a proibição de qualquer tipo de apoio ou incentivo ao terrorismo, a qualquer tipo de grupo ou associação, independentemente de se encontrar sob suspeita de envolvimento neste tipo de crime.

Importa também fazer referência às medidas de cariz securitárias tomadas pelo *Regulation of Investigatory Act* ⁵², o qual permitiu às autoridades encarregues da ação penal a captação de imagens através de câmaras escondidas e o livre acesso a informações do histórico de chamadas telefónicas ou da navegação na internet.

II. **Em Itália**, admite-se a detenção sob custódia preventiva por cinco dias, sem que qualquer suspeita atual seja imputada ao detido, podendo ainda ser-lhe vedada assistência judicial.

III. **Em Espanha**, principalmente após os atentados do 11 de março em Madrid, foram várias as reformas legislativas levadas a cabo. Os referidos atentados conduziram a uma ação legiferante intensiva, de cunho reativo e securitário, criando novos tipos de crimes associados ao terrorismo, agravando as penas e atualizando os crimes previstos à data.

De acordo com o texto em vigor⁵³ encontramos no artigo 578.º do Código Penal um tipo penal que contende com a exaltação do terrorismo, visando

⁵¹ PORTELA, I. A Segurança e a escolha do Inimigo: o Efeito Double-Bind do 11-S. Uma análise da Legislação antiterrorista, ob. cit. p. 429;

⁵² <http://www.legislation.gov.uk/ukpga/2000/23/contents>, última consulta em 3/05/2017;

⁵³ *Ley Orgánica 2/2015, de 30 de março* (por la que se modifica la Ley Orgánica 10/1995, de 23 de noviembre, del Código Penal, en materia de delitos de terrorismo);

sancionar os indivíduos que enalteçam, defendam e/ou difundam publicamente a prática de atos terroristas, assim como os que pratiquem atos que humilhem e/ou lesem as vítimas de atos terroristas e/ou os seus familiares

O Código Penal espanhol reserva, ainda, disposições que atribuem aos magistrados o poder de ordenarem a destruição ou a inutilização dos “*livros, arquivos, documentos, artigos ou qualquer outro meio através do qual se tenha cometido o delito*”, sendo que “*quando o crime tenha sido praticado através de tecnologias de informação e de comunicação*” será ordenada a eliminação dos conteúdos⁵⁴ (tradução nossa).

IV. **Em França**, a Lei n.º 2014-1353, de 13 de novembro de 2014, reforçou as disposições relativas à luta contra o terrorismo, alterando, entre outros, o Código de Segurança Interna (*Code de la Sécurité Intérieure*) e o Código Penal.

O artigo 421-2-5 do Código Penal francês criminaliza a apologia e o incitamento à prática de atos de terrorismo.

V. **Em Portugal**, a criminalização da apologia ao crime de terrorismo vertida na Lei n.º 60/2015, de 24 de junho confirma a tendência europeia.

Esta urgência de um Direito Penal de matriz securitária expande-se em várias direções, refletindo-se principalmente no plano do Processo Penal, no agravamento das penas de prisão, na criação de novos tipos penais e bens jurídicos, na flexibilização das regras de imputação, e ainda em medidas de vigilância e controlo, tudo em prol de mais segurança.

Ressalta desta tendência uma apologia inflexível em nome da proteção da norma jurídica violada, olvidando-se os princípios que a intervenção penal deve respeitar num Estado Democrático e de Direito.

Os direitos, liberdades e garantias fundamentais do cidadão não desaparecem totalmente, contudo, encontram-se fortemente reduzidos para que haja um eficaz exercício do poder em prol da segurança, e em nome desta segurança o Estado de liberdade vai cedendo o seu espaço de liberdade e de reserva.

⁵⁴ *Idem*;

3. Medidas de Combate ao Terrorismo em Portugal

3.1. Análise da Lei nº60/2015, de 24 de junho

Como vimos (*supra* 2.2.2.), numa expressão de reforço do combate ao terrorismo, tem sido adoptado um conjunto de normas quer no plano internacional, quer no plano nacional, encontrando-se este tema na agenda de várias organizações regionais e internacionais.

A União Europeia adoptou diversas estratégias para combater e reprimir o terrorismo, neste sentido foi aprovada a decisão-quadro do Conselho nº2002/475/JAI, alterada pela decisão-quadro nº2008/919/JAI.

Esta última foi aprovada tendo em atenção o crescimento e evolução da ameaça terrorista e a mudança na atuação dos ativistas e apoiantes do terrorismo, incluindo a substituição de grupos estruturantes e hierarquizados por células semi-autónomas com ligações ténues entre si. Estas células ligam redes internacionais e recorrem cada vez mais às novas tecnologias, em especial, a Internet, que é utilizada como um “campo de treino virtual”. As atividades de incitamento público à prática de infrações terroristas, de recrutamento para o terrorismo multiplicaram-se, com custos e riscos muito baixos⁵⁵.

Importa referir que, no seu programa de trabalho para 2016, a Comissão anunciou uma proposta legislativa com o intuito de rever a decisão-quadro *supra* citada, relativa à luta contra o terrorismo, atento o número crescente de pessoas que se deslocam ao estrangeiro para fins terroristas e a ameaça que estas representam após o seu regresso.

Assim, é necessário prever medidas que comportem um carácter abrangente, e que considerem a ameaça terrorista em mutação, bem como a necessidade de instrumentos adequados a facilitar a investigação e a repressão de todos os *modus operandi* terroristas pertinentes, por forma a evitar a existência de lacunas significativas na resposta da justiça penal.

⁵⁵ Situação descrita no TE-SAT 2009, disponível: <https://www.europol.europa.eu/activities-services/main-reports/te-sat-2009-eu-terrorism-situation-trend-report>, última consulta a 10/08/2017;

A *supra* aprovação da decisão-quadro 2002/475/JAI, do Conselho, de 13 de junho de 2002, relativa à luta contra o terrorismo, no âmbito da União Europeia, vinculou os Estados-membros à adaptação do seu direito interno em matéria de terrorismo.

A Lei de combate ao terrorismo, Lei n.º 52/2003, de 22 agosto, presentemente em vigor, transpôs para o direito português a decisão-quadro 2002/475/JAI, estabelecendo um novo quadro legal para os crimes de terrorismo e de organizações terroristas.

Com a referida lei, as incriminações do terrorismo foram revogadas do Código Penal, tendo o legislador Português optado por transpor a decisão-quadro do Conselho nº2002/475/JAI para legislação autónoma.

Tomando como ponto de partida o alargamento da tutela conferida ao bem jurídico previsto/protegido nos artigos 300.º e 301.º do Código Penal, a aludida lei introduziu uma importante alteração – assim, o terrorismo e organizações terroristas, ao invés de punidos numa lógica de defesa da “Paz Pública Interna”, passam, agora, a tutelar a “Paz Pública Internacional”⁵⁶.

Com efeito, o artigo 1.º do diploma em análise, de modo a satisfazer a exigências da decisão-quadro 2002/475/JAI, impôs a criminalização dos atos terroristas *suscetíveis de afetar gravemente um país ou uma organização internacional*.

A Lei n.º 52/2003, de 22 agosto, foi recentemente alterada pela Lei nº 60/2015 de 24 de junho, que tem na sua base a decisão-quadro nº2008/919/JAI. Esta decisão foi aprovada tendo em atenção o crescimento e evolução da ameaça terrorista, plasmada não só nos concretos ataques, mas, também, nas atividades de incitamento público à prática de ações terroristas e no recrutamento e treino para o terrorismo.

A Lei n.º 60/2015 introduz novas incriminações:

- A punição de acesso a mensagens de incitamento público ao terrorismo (artigo 4.º, nº5, da Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto);
- A punição da apologia pública de crime de terrorismo, ou seja, é penalizado o

⁵⁶ Neste sentido: DIAS, Jorge de Figueiredo/CAEIRO, Pedro, “*A Lei de Combate ao Terrorismo*”, in *Direito Penal Económico e Europeu: Textos Doutrinários*, Vol. III, Coimbra editora, Coimbra 2009, pp. 200 e ss.;

louvor de atos terroristas, seja em reunião pública, através de escrito, ou outros meios de reprodução técnica, e meios de comunicação social (artigo 4.º, nº8, da Lei n.º 52/2003 de 22 de agosto).

- Criminalização de viagens, ou tentativa de, para fora do território nacional com vista a treino, apoio logístico ou instrução de alguém para a prática de atos terroristas, bem como criminalização de viagens, ou tentativa de, para fora do território nacional com vista à adesão a uma organização terrorista ou ao cometimento de factos terroristas (artigo 4.º, nº 10 e 11, da Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto), e ainda a punição de quem organizar, financiar, ou facilitar a viagem ou tentativa de viagem referidas anteriormente (artigo 4.º, nº 12, da Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto).

3.1.1. Análise do crime de Terrorismo

O que releva para o presente estudo é análise das recentes incriminações introduzidas com a Lei n.º 60/2015 de 24 de junho e que se relacionam com a conjuntura atual. Não faremos aqui uma análise exaustiva da Lei de Combate ao Terrorismo, não obstante, importa fazer algumas precisões.

O crime de terrorismo encontra-se previsto no artigo 4.º da LCT, sendo que, o seu modo de conceção é feito da seguinte forma: no artigo 2.º da LCT encontramos no seu n.º 1 um catálogo taxativo de condutas que, mediante diferentes modalidades de ação, podem consubstanciar a prática do crime.

A tipicidade dos factos descritos nas alíneas do n.º1 do artigo 2.º da LCT encontra-se subordinada a uma cláusula de densificação de perigo (abstrato) causado pelos crimes-base: é necessário que eles, *“pela sua natureza ou pelo contexto em que foram cometidos, sejam suscetíveis de afetar gravemente um país ou uma organização”*.⁵⁷

Vejamos, o n.º 5 do artigo 4.º, dispõe o seguinte, *“Quem, com o propósito de ser recrutado para a prática dos **factos previstos no n.º 1 do artigo 2.º**, com a intenção nele*

⁵⁷ Neste sentido: DIAS, Jorge de Figueiredo/CAEIRO, Pedro, *“A Lei de Combate ao Terrorismo”*, in *Direito Penal Económico e Europeu: Textos Doutrinários*, Vol. III, ob. cit. p. 217;

referida, aceder ou obtiver acesso, através de sistema informático ou por qualquer outro meio, às mensagens aludidas no n.º 3 e delas fizer uso na prática dos respetivos atos preparatórios, é punido com pena de prisão até 3 anos ou multa até 360 dias.”(sublinhado e negrito nosso).

Este preceito remete para o artigo 2.º, n.º1, isto é, para a prática dos factos neste descritos. Ora, remetendo para os crimes-base previstos naquele artigo, e uma vez que, aqueles se encontram sujeitos a uma cláusula de densificação de perigo, esta incriminação encontra-se necessariamente sujeita ao preenchimento daquela cláusula.

No mesmo sentido, veja-se as restantes incriminações, nomeadamente as previstas nos seguintes artigos:

i) Artigo 4.º, n.º 8 que dispõe “*Quem, em reunião pública, através de meio de comunicação social, por divulgação de escrito ou outro meio de reprodução técnica, recompensar ou louvar outra pessoa, grupo, organização ou associação pela prática dos factos previstos no n.º 1 do artigo 2.º, de forma adequada a criar perigo da prática de outro crime da mesma espécie, é punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa até 360 dias.*” (Sublinhado e negrito nosso).

ii) Artigo 4.º, n.º 10 que dispõe “*Quem, por qualquer meio, viajar ou tentar viajar para um território diferente do seu Estado de residência ou nacionalidade, com vista ao treino, apoio logístico ou instrução de outrem para a prática de factos previstos no n.º 1 do artigo 2.º, com a intenção nele referida, é punido com pena de prisão até 5 anos.*” (Sublinhado e negrito nosso).

iii) Artigo 4.º, n.º 11 que dispõe “*Quem, por qualquer meio, viajar ou tentar viajar para um território diferente do seu Estado de residência ou nacionalidade, com vista à adesão a uma organização terrorista ou ao cometimento de factos previstos no n.º 1 do artigo 2.º, com a intenção nele referida, é punido com pena de prisão até 5 anos.*” (Sublinhado e negrito nosso).

Do exposto, resulta que a técnica utilizada é sempre a mesma, ou seja, a remissão para o fatos descritos no n.º1 do artigo 2.º, exigindo-se assim “(...) *que pela sua*

natureza ou pelo contexto em que são cometidos, estes crimes sejam susceptíveis de afectar gravemente o Estado ou a população que se visa intimidar”.

O bem jurídico protegido pela tipificação do crime de terrorismo, bem como das novas incriminações é a paz pública. Analisaremos aprofundadamente a questão do bem jurídico no subcapítulo *infra* (3.1.2.).

Quanto à classificação do crime em concreto, e seguindo Conde Fernandes⁵⁸, o crime de “terrorismo” trata-se de um crime uniofensivo, *i.e.* tutela diretamente apenas um bem jurídico - a paz pública.

É tipificado como um crime de perigo abstrato, ou, como *infra* (subcapítulo 3.1.1.) observaremos, como um crime de perigo abstrato-concreto. Nos crimes de perigo abstrato a materialização ou concretização do perigo não constitui elemento do tipo objetivo, mas integra o tipo subjetivo, ou seja, o perigo apenas constitui a motivação da incriminação, não tendo de ser objeto de realização típica.

Trata-se de um crime comum, uma vez que pode ser praticado por qualquer pessoa.

Por fim, é um crime necessariamente doloso, a nível dos elementos subjetivos do tipo, a norma incriminadora exige: i) dolo quanto à ação tipifica objetiva; ii) um elemento subjetivo específico, alternativo: agir com intenção de “*prejudicar a integridade e a independência nacionais, impedir, alterar ou subverter o funcionamento das instituições do Estado previstas na Constituição, forçar a autoridade pública a praticar um acto, a abster-se de o praticar ou a tolerar que se pratique, ou ainda intimidar certas pessoas, grupos de pessoas ou a população em geral.*”

3.1.2. Bem Jurídico Protegido – “Paz Pública”

A lei em análise visa, com as incriminações nela previstas, tutelar diretamente o bem jurídico “*paz pública*”⁵⁹, no preciso sentido das expectativas sociais de uma vida

⁵⁸ FERNANDES, Plácido Conde, *in* Comentário das Leis Penais extravagantes, Vol. I org., ob. cit. pp. 223 e ss.;

⁵⁹ DIAS, Jorge de Figueiredo/CAEIRO, Pedro, “*A Lei de Combate ao Terrorismo*”, *in* Direito Penal Económico e Europeu: Textos Doutrinários, Vol. III, ob. cit., p. 71;

comunitária livre da especial perigosidade dos atos terroristas.

A tutela subsidiária de bens jurídicos constitui, como é sabido, função primacial do Direito Penal.

A concepção de bem jurídico como limite ao poder punitivo do Estado, surge, essencialmente, nos finais do século XIX, na obra de Franz. V. Litzl⁶⁰.

A doutrina elegeu a Constituição como critério legitimador da intervenção penal, assim, os bens jurídicos protegidos pelo Direito Penal devem considerar-se concretizações dos valores constitucionais, expressa ou implicitamente, ligados aos direitos e deveres fundamentais e à ordenação social, política e económica⁶¹.

Deste modo o Direito Penal encontra a sua legitimidade na tutela subsidiária de bens jurídicos dotados de dignidade Penal, *i.e.*, de bens jurídicos cuja lesão se revela digna e necessitada de pena⁶², ao mesmo tempo que confere legitimidade ao direito penal, o bem jurídico traça um limite às suas intervenções.

Isto leva a que o Estado só deva limitar direitos e liberdades fundamentais – as sanções penais são, em si mesmas, graves restrições da liberdade e de outros direitos fundamentais - na medida em que isso se mostre imprescindível para outros direitos e liberdades fundamentais.

Em suma, a seleção de novas condutas a serem incriminadas passa por uma ponderação dos limites constitucionais que condicionam a legitimidade de uma intervenção penal, em função do equilíbrio entre a segurança e liberdade, ambos configurados como direitos fundamentais na Constituição da República Portuguesa.

Jakobs, diferentemente do que acabou de se expor, recusa a atribuição de relevância aos referentes pré-jurídicos, propondo que se ultrapasse o dogma do bem jurídico, devendo o mesmo ser substituído por um critério de danosidade social. Ao não considerar o bem jurídico como objeto da tutela penal, Jakobs permite que o direito

⁶⁰ SILVA, Germano Marques da Direito Penal Português – Vol I, Introdução e Teoria da Lei Penal, ob. cit., p.40;

⁶¹ DIAS, Jorge de Figueiredo, Direito Penal – Parte Geral, Tomo I – Questões Fundamentais, A Doutrina Geral do Crime, 2ª edição, Coimbra editora, Coimbra 2007, p. 120;

⁶² *Idem*, p. 144;

penal não encontre quaisquer limites à sua expansão, tanto em extensão como em intensidade⁶³.

Segundo esta teoria, a escolha de situações que merecem tutela penal, *in casu*, antecipada, não obedece a qualquer outro critério que não seja a danosidade social.

Em todas as aquelas incriminações que analisamos o bem jurídico protegido é a paz pública, quando a segurança e a tranquilidade pública ainda não foram necessariamente perturbadas, mas se criou já, um especial perigo de perturbação.

Destarte, o legislador, numa clara opção de política criminal, antecipa a tutela penal para o momento anterior ao da efetiva perturbação da segurança e tranquilidade públicas, mas em que já se criou um especial perigo de perturbação. Daí que dogmaticamente se integre aquelas infrações na categoria dos crimes de perigo abstrato.

Não está aqui em causa a preexistência ou não de um bem jurídico, mas sim, qual o grau legítimo da sua proteção e, consequentemente, o momento a partir do qual o direito penal deve sentir-se autorizado para intervir em seu favor.

Relativamente às novas condutas tipificadas na Lei de Combate ao Terrorismo parece-nos claro o desvalor ético que acarretam ⁶⁴, não obstante, e como mencionado, a seleção de novas condutas a serem incriminadas passa por uma ponderação dos limites constitucionais que condicionam a legitimidade de uma intervenção penal - lembramos que o Direito Penal se trata da *ultima ratio*.

Ora, sem pôr em causa que a paz pública se trata de um valor constitucional e que deve ser protegido, este bem jurídico levanta alguns problemas devido à sua vagueza. Neste sentido, veja-se as palavras de Faria Costa que afirma que “*os bens jurídico-penais da paz jurídica ou da segurança desempenham um papel agregador de referências vinculantes, mas desempenham um papel tão agregador que (...)*”

⁶³ Cf. COSTA, Nuno Dias, “*Direito Penal do Inimigo-Inimigo Do Direito Penal?*”, ob. cit. p. 427, citando BARATTA, Alessandro, “ Integración-prevención: una “nueva” fundamentación de la pena dentro de la teoría sistémica”, in revista Doctrina Penal, Buenos Aires, Depalma, Ano 8, 1985, p.15

⁶⁴ Neste sentido e mais aprofundado veja-se: BARGADO, Gonçalo e Matos, Nuno Igreja Matos, “Entre o Cidadão e o Inimigo – Novas Tendência de Combate ao Terrorismo”, ob. cit. pp. 60 e ss;

desaguam, se assim se entenderem, em meros significantes de vaguíssima referência axiológica, desprovidos de conteúdo”⁶⁵.

Logo, importa lembrar que a ideia de bem jurídico pressupõe um critério de delimitação daquilo que se visa e se quer proteger, devendo a noção de bem jurídico impedir que sejam tutelados bens cujo conteúdo seja demasiado difuso ou intangível.

Parece-nos, pois, pese embora a importância da tutela da paz pública, de facto, esta trata-se de um bem jurídico cuja delimitação não é fácil, por em última instância, tudo poder radicar em paz pública.

Não entanto, e no caso da Lei do Combate ao Terrorismo, parece-nos que é possível delimitar, com alguma clareza, os bens individuais que se visam tutelar com o bem *supra*-individual paz pública, limitando assim a abstração deste conceito.

Concordamos, nessa esteira, com autores que perfilham que a criação de bens jurídicos *supra*-individuais, como é o caso da paz pública, encontra-se relacionada com a tendência politico-criminal inclinada para a antecipação da proteção jurídica de bens jurídicos individuais, como por exemplo, a vida e a integridade física.

Neste sentido, veja-se a posição de Hassermer⁶⁶ que defende que a função dos bens jurídicos universais constitui uma nova modalidade de tutela do bem jurídico individual perante novas formas de ataque.

Urge, no entanto, que a admissão de bens jurídicos universais demasiado amplos não resvale para a proteção de meras funções sociais na linha das concepções sociológico-funcionalistas do bem jurídico.

Assim, e perante esta tendência expansiva, importa reforçar a premissa de que a função liberal e garantística do bem jurídico permite responder às exigências do

⁶⁵ COSTA, José de Faria, O Perigo em direito Penal: contributo para a sua fundamentação e compreensão dogmáticas, Coimbra editora, Coimbra 2000, p. 593; Em sentido concordante: BARGADO, Gonçalo e Matos, Nuno Igreja Matos, “Entre o Cidadão e o Inimigo – Novas Tendência de Combate ao Terrorismo”, *ob. cit.* p. 62

⁶⁶Expondo a posição de Hassemer veja-se: DE PAZ, Isabel Sanches Garcia, “ La criminalización en el ámbito previo como tendencia politico-criminal contemporánea” *in* El Nuevo Derecho Penal Español. Estudio Penal em Memoria del Prodessor José Manuel Valle Muñiz, Editorial Arazadi 2001 pp. 706 e ss.

princípio fundamental de *ultima ratio* que rege a intervenção penal e evita uma inflação desta sob cobertura de bens jurídicos demasiado amplos.

No entendimento do Professor Germano Marques da Silva, também a função do bem jurídico como meio de limitar o poder punitivo do Estado está em crise. A apelação constante à intervenção do direito penal em prol da segurança, exige que o Direito Penal, que deve ser a *ultima ratio*, passe a *prima ratio*⁶⁷.

Sucede que, este incremento da intervenção do Direito Penal tem sido feito, na fidelidade formal ao princípio de que o Direito Penal tem por função a tutela de bens jurídicos, o que acaba por levar à criação de novos “bens jurídicos” despersonalizados, transindividuais e *supra*-individuais ou até meramente instrumentais. Isto porque, o catálogo clássico e individualista dos bens jurídicos já não é suficiente para responder adequadamente às necessidades da “sociedade de risco” e perante uma ideia de segurança sobrevalorizada⁶⁸.

Perante este quadro, parece-nos que, a existência de um interesse final de importância em jogo, em particular, de um bem jurídico individual significativo necessitado de proteção antecipada perante comportamentos potencialmente danosos, pode ser decisiva, de forma a limitar a demasiada abstração ou intangibilidade dos bens jurídicos universais.

3.1.3. Crimes de perigo Abstrato

Como *supra* mencionado, uma nota comum às novas incriminações previstas na Lei de combate ao terrorismo, é o fato de serem tipificadas como crimes de perigo abstrato.

Ora, atendendo à forma como o bem jurídico é posto em causa pela atuação do agente, podemos fazer a distinção entre crimes de dano e crimes de perigo.

Nos crimes de dano a realização do tipo incriminador tem como consequência uma lesão efetiva do bem jurídico. Nos crimes de perigo a realização do tipo não

⁶⁷ SILVA, Germano Marques da, Direito Penal Português – Vol I, Introdução e Teoria da Lei Penal, ob. cit. p. 43;

⁶⁸ *Idem*;

pressupõe a lesão, mas antes, se basta com a mera colocação em perigo do bem jurídico⁶⁹.

Quanto aos crimes de perigo faz-se ainda a distinção entre crimes de perigo concreto e crimes de perigo abstrato.

Nos crimes de perigo concreto o perigo faz parte do tipo, este só é preenchido quando o bem jurídico tenha sido efetivamente posto em perigo, ou seja, a demonstração da inexistência do perigo determina o não preenchimento do tipo.

Nos crimes de perigo abstrato, o perigo não é elemento do tipo, mas simplesmente motivo da proibição, *i.e.*, são tipificados certos comportamentos em nome da sua perigosidade típica para um bem jurídico, mas sem que ela necessite de ser comprovada no caso concreto. Neste tipo de crimes, há como que uma presunção inelidível de perigo e, por isso, a conduta do agente é punida, independentemente, de ter criado ou não um perigo efetivo para o bem jurídico⁷⁰. Assim, a demonstração da inexistência do perigo não determina necessariamente o não preenchimento do tipo porque o que está em causa é a susceptibilidade da conduta típica causar perigo, mas não é necessária a verificação para o preenchimento.

Nestes crimes o legislador partindo do princípio de que certos factos constituem normalmente um perigo de lesão, puniu-os como crime consumado, independentemente da averiguação de um perigo efetivo no caso concreto⁷¹.

Se a criação de crimes de perigo concreto dolosos se justifica em várias áreas, incluindo no próprio âmbito dos crimes contra a vida, em que se enquadram a exposição e o abandono, a tipificação de crimes de perigo abstrato só deve ser admitida a título excepcional, isto porquanto estes crimes antecipam a intervenção penal ao início da colocação concreta do bem jurídico em perigo.

Sucede que, são conhecidas as objeções a este tipo de crimes, uma vez que a sua legitimidade seria posta em causa por questões relacionadas com princípios constitucionalmente consagrados, nomeadamente, com os princípios da legalidade da

⁶⁹ DIAS, Jorge de Figueiredo, *Direito Penal – Parte Geral*, Tomo I – Questões Fundamentais, A Doutrina Geral do Crime, 2ª edição, Coimbra editora, Coimbra 2007, p. 309;

⁷⁰ *Idem*, p. 309.

⁷¹ Cf. COSTA, Nuno Dias, “*Direito Penal do Inimigo-Inimigo Do Direito Penal?*”, *ob. cit.*, p. 434;

intervenção mínima, da ofensividade, da presunção de inocência e da culpa.

O problema da constitucionalidade dos crimes de perigo abstrato coloca-se essencialmente porque nestes não se prevê uma conduta com probabilidade concreta de dano, mas apenas a prática de um comportamento contrário a uma lei formal, sem que este cause necessariamente dano ou perigo de dano⁷².

No entanto, alguns autores, entre os quais o Professor Figueiredo Dias, pronunciam-se no sentido não inconstitucionalidade deste tipo de crimes, defendendo que a antecipação da tutela penal justifica-se quando vise a proteção de bens jurídicos de grande importância⁷³.

Em Portugal, o Tribunal Constitucional pronunciou-se pela não inconstitucionalidade dos crimes de perigo abstrato nos acórdãos números 426/91 de 06-11-1991⁷⁴, e 441/94, de 07-06-1994⁷⁵

Voltando à Lei de Combate ao Terrorismo e às condutas nela tipificadas, segundo Nuno Dias Costa, atenta a forma como estão construídos os tipos de crime de terrorismo e de organização terrorista, os mesmos constituem verdadeiros crimes de perigo abstrato, na medida em que nem a lesão do bem jurídico paz pública, nem sequer o perigo de lesão deste fazem parte do tipo, não se mostrando necessária a sua verificação para que o tipo se mostre realizado e, portanto, para a consumação do crime⁷⁶.

Contudo, e como já mencionado, é introduzido na lei um limite, ao nível do escopo criminoso, que parece relevar.

A qualificação como crimes ou atos terroristas *stricto sensu*, é circunscrita aos casos em que “*pela sua natureza ou pelo contexto em que são cometidos, estes crimes sejam susceptíveis de afetar gravemente o Estado ou a população que se visa intimidar.*”

⁷² *Idem*, p. 435;

⁷³ DIAS, Jorge de Figueiredo, Direito Penal – Parte Geral, Tomo I – Questões Fundamentais, A Doutrina Geral do Crime, ob. cit. p. 310;

⁷⁴ Publicado no Diário da República, II Série, de 02-04-1992;

⁷⁵ Disponível em: www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/19949441.html;

⁷⁶ COSTA, Nuno Dias, “Direito Penal do Inimigo-Inimigo Do Direito Penal?”, ob. cit., ob. cit. p. 439;

Segundo Conde Fernandes ⁷⁷ esta inovação permite aproximar, embora não completamente, este tipo de crimes à categoria dos crimes de perigo abstrato-concreto ou de aptidão.

Esta cláusula de densificação do perigo confere, assim, maior conformidade aos princípios da ofensividade e da culpa. Dado que é exigido, como requisito típico objetivo, a verificação de que aquela conduta seja susceptível de afetar gravemente o Estado ou a população que se visa intimidar, ou seja, é exigido que se verifique uma concreta perigosidade da conduta para ofender o bem jurídico paz pública.

Pelo exposto, não estamos, pois, apenas perante crimes de perigo abstrato, mas mais concretamente perante crimes de perigo abstrato-concreto, uma vez que o perigo não é apenas a motivação da incriminação ⁷⁸.

3.2. Conclusão

Analizada a lei, cumpre aferir se terá a conceção de Jakobs alguma correspondência no ordenamento jurídico português.

Cabe reconhecer que a lei *supra* analisada apresenta alguns traços característicos do chamado Direito Penal do Inimigo.

Desde logo, a sua denominação, como lei de “combate”, precisamente uma das manifestações apontadas como típicas do Direito Penal do Inimigo, e que, segundo Jakobs, representa um passo da legislação penal no sentido de uma legislação de combate ⁷⁹.

Segue-se, a antecipação da punibilidade para atos meramente preparatórios ⁸⁰.

⁷⁷ Assim veja-se: FERNANDES, Plácido Conde, in *Comentário das Leis Penais extravagantes*, Vol. I org., Ob. cit. p. 214;

⁷⁸ Neste sentido: FERNANDES, Plácido Conde, in *Comentário das Leis Penais extravagantes*, Vol. I org., ob. cit. p. 203; e BARGADO, Gonçalo e Matos, Nuno Igreja Matos, Almedina 2015, ob. cit. p. 51 e ss;

⁷⁹ CF. COSTA, Nuno Dias, “*Direito Penal do Inimigo-Inimigo Do Direito Penal?*”, ob. cit., p. 440

⁸⁰ Neste sentido veja-se FERNANDES, Plácido Conde, in *Comentário das Leis Penais extravagantes*, Vol. I, ob. cit., p. 203; concordante, COSTA, Nuno Dias, “*Direito Penal do Inimigo-Inimigo Do Direito Penal?*”, ob. cit., p. 440;

Segundo Gonçalo Bargado e Nuno Matos os tipos penais vertidos no artigo 4.º n.º 5 e n.º 8 da LCT - a apologia pública ao terrorismo e o crime de acesso a mensagens de incitamento público ao terrorismo - d o nota de um movimento de contração do espaço de liberdade do Direito que parece começar a tornar-se a regra e não a exceção.

Continuando, os ilustres juristas referem que, *“a velocidade a que sociedade contempor nea se modifica, bem como a sua crescente complexidade, são fen menos que tendem a justificar a antecipação da tutela penal e que contribuem para que probabilidades numericamente fracas se tornem probabilidades qualitativamente fortes.*

(...) A antecipação da reação penal a uma tempus delicti significativamente afastado do dano, se encontra de alguma forma justificação na realidade social e se apresenta na valia da regulação da sociedade, não deve resultar apenas exclusivamente numa imposição de fidelidade ao direito. Tal perspectiva decorre de uma representação do direito penal que materialmente, ainda que porventura o legislador desconheça a exata doutrina, corresponde à ideia de um Direito Penal funcionalizado a meras expetativas sociais, que lentamente esquece o individuo e os cânones criados para o proteger, dando sinais de um certo autoritarismo dissimulado. Assim acontecerá perante a invocação de bens jurídicos vagos como a “paz publica” (...)⁸¹”

A sucinta  n lise feita   Lei de combate ao terrorismo, principalmente das novas incriminações nela tipificadas, leva-nos a concluir que a mesma apresenta algumas caraterísticas geralmente identificadas no denominado Direito Penal do Inimigo.

Porém, não obstante a referida lei alargar a área de punibilidade, não cont m traços inadmissíveis perante os pr nc pios constitucionais que regem a lei penal, nomeadamente não encontramos qualquer antecipação ou extensão das incriminações totalmente injustificada e desproporcional, nem restrições desmensuradas e descabidas das liberdades e garantias.

⁸¹ BARGADO, Gonçalo e Matos, Nuno Igreja Matos, “Entre o Cidadão e o Inimigo – Novas Tendência de Combate ao Terrorismo”, pp. 61 e ss;

Conclusão

Chegados aqui, importa ponderar se o terrorismo pode ser combatido a qualquer preço e até onde estamos dispostos a ir em nome da segurança.

Depois de um ataque terrorista, o tema regressa sempre: serão precisas novas medidas legislativas de combate ao terrorismo? A grande questão que se coloca é: essas medidas devem ser tomadas ao nível do Direito Penal? A antecipação da tutela penal, a criação de novos bens jurídicos, o endurecimento das penas, têm efetivamente repercussões positivas no combate a este tipo de criminalidade? A expansão securitária é a solução? Passa o combate a este tipo de crimes por uma demanda de segurança?

Vejamos, dias antes de escrever esta conclusão ocorreu um atentado terrorista em Barcelona, uma carrinha entrou pelas Ramblas, uma das ruas mais movimentadas do centro de Barcelona, atropelando várias pessoas, o resultado consubstanciou-se em 15 mortos e mais de 80 feridos. Entre os 15 mortos estão 2 portugueses.

Espanha é o nosso país vizinho, o que nos leva a questionar se seremos os próximos.

Ora, claro que perante este cenário, as perguntas anteriormente formuladas parecem de resposta tão simples quanto rápida.

É um sim, é um sim baseado no medo, porque cada vez mais e de forma mais frequente, assistimos a este tipo de ataques próximos de nós.

Nestas circunstâncias, exige-se o endurecimento das medidas penais, a tipificação de mais condutas, o endurecimento das penas privativas da liberdade, bem como, a criação de mais medidas de segurança - escutas telefónicas, câmaras de vigilância nas ruas - , vale tudo para nos sentirmos seguros. Invoca-se que se limita a liberdade para se salvar a liberdade⁸².

⁸² “As limitações da liberdade através do Direito Penal preventivo e de um direito processual penal equipado com métodos policiais não já temidas pela maioria dos cidadãos, porque eles sabem que sempre estarão do lado seguro”, Cf. GUNTHER, Klaus, “Da Liberdade à Segurança – Os Fundamentos Normativos do Direito Penal”, p.19;

Sucedem que, à medida que se vão limitando os direitos, liberdades e garantias em nome do terrorismo, este vai conseguindo pequenas vitórias.

Augusto Silva Dias defende que a procura de eficácia não deve conduzir à dissolução das garantias e do Estado de Direito, nem à lógica do inimigo, sob pena de o Estado de Direito se corromper e converter em Estado autoritário. Nas suas palavras: “*O diabo (...) vive entre nós, e, se o combatermos com os métodos dele, acabamos, por lhe vender a alma (...)*”⁸³.

Cumpram não perder de vista que a segurança é apenas um instrumento e não um fim em si próprio. A segurança só faz sentido para que os direitos possam ser exercidos, não nos servindo de muito se nada pudermos fazer com ela.

Contudo, e não obstante o medo que sintamos, seja ele racional ou irracional, devíamos, pelo menos, ponderar que a resposta aquelas questões seja um não.

Manuel Valente defende, e em nosso entender bem, que “*O caminho de belicizar o direito penal apenas nos traz o espectro do medo e da insegurança e nunca nos garante uma segurança real e efetiva. É uma utopia pensar que o direito penal do inimigo nos produz um espaço e tempo de segurança. Produz exclusão, produz alienação social e política, produz um espaço e um tempo de pessoas e não-pessoas, de amigo e inimigos*”⁸⁴.

Podem aumentar-se as medidas penais e de segurança, pode aumentar-se a partilha de informações ao nível comunitário, mas duvidamos que seja suficiente, ou até eficaz.

É como começar a construir uma casa pelo telhado, importa por isso começar por identificar os motivos e atuar ao nível das causas que provocam a radicalização.

⁸³ DIAS, Augusto Silva, “*Os criminosos são pessoas?: eficácia e garantia no combate ao crime organizado*”, in: Que futuro para o Direito Processual Penal? Simpósio em homenagem a Jorge de Figueiredo Dias, por ocasião dos 20 anos do Código de Processo Penal Português / coord. Mário Ferreira Monte, Coimbra Editora, 2009, p. 794;

⁸⁴ VALENTE, Manuel Monteiro Guedes, O Direito Penal do Inimigo e o Terrorismo – “O Progresso ao Retrocesso” p. 67 e ss.

Na resolução deste conflito a resposta passará não só pelo Direito, mas pela percepção dos motivos. Identificados estes, importa investir em medidas de socialização e educação evitando a exclusão social, e depois então, impor ao Direito a tarefa de harmonizar as exigências de segurança com o respeito pelos direitos, garantias e liberdades fundamentais, norteando-se, sempre, pelo princípio basilar do Estado de Direito – o princípio da dignidade da pessoa humana.

Assim, e pese embora se assista a uma excessiva chamada de atenção relativamente a um sentimento coletivo de falta de segurança e ao necessário reforço da mesma, a verdade é que não se poderá afirmar, como muitos autores têm defendido, que a segurança substitui a liberdade como ideal constitucional em função da radicalização da excepcionalidade da emergência, inscrevendo a segurança no epicentro organizador.

Em boa verdade, os conceitos de liberdade e segurança são indissociáveis, complementando-se mutuamente, mas um não poderá substituir o outro.

Urge não ceder à chantagem terrorista.

Perder a confiança nas instituições democráticas, entrar numa demanda de segurança, limitar o nosso modo de vida pelo medo deixando que desta forma, seja o terrorismo a decidir a forma como vivemos e os valores que norteiam a nossa civilização.

Mais do que a solidariedade presente nas frases: “*somos todos Charlie*” ou “*somos todos Barcelona*”, impõe-se o grito coletivo: “somos todos livres”!

Bibliografia

ÁLAMO, Mercedes Alonso, Bien Jurídico Penal y Derecho Penal Mínimo De Los Derechos Humanos, Ediciones Universidade de Valladolid 2014;

BARGADO, Gonçalo e Matos, Nuno Igreja Matos, “Entre o Cidadão e o Inimigo – Novas Tendência de Combate ao Terrorismo”, in Revista de Ciências Jurídico-Criminais, Anatomia do Crime, nº1, Janeiro-Junho 2015, Almedina 2015;

BARATTA, Alessandro, “ Integración-prevención: una “nueva” fundamentación de la pena dentro de la teoria sistémica”, in revista Doctrina Penal, Buenos Aires, Depalma, Ano 8, 1985;

CANOS, Paños, Reflexiones en torno al “viejo” y al “nuevo” terrorismo, in Revista Española de Insvestigación Criminológica, nº7, 2009;

CANOTILHO, José Joaquim Gomes, “Terrorismo e Direitos Fundamentais” in Criminalidade Organizada e Criminalidade de Massa - Interferências e Ingerências Mútuas, coordenação: VALENTE, MANUEL MONTEIRO GUEDES, Almedina 2009;

CASTAÑÓN, José Manuel Paredes, “Terrorismo Y Principio De Intervención Mínima: Una Propuesta De Despenalización”, in Anatomia do Crime, Revista de Ciências Jurídico-Criminais, N.º4, Julho-Dezembro/2006, Almedina 2016;

COSTA, José de Faria, O Perigo em direito Penal: contributo para a sua fundamentação e compreensão dogmáticas, Coimbra editora, Coimbra 2000;

COSTA, José de Faria, “A criminalidade em um mundo globalizado” in Direito Penal Económico e Europeu: Textos Doutrinários, Vol. III, Coimbra, 2009

COSTA, Nuno Dias, “*Direito Penal do Inimigo-Inimigo Do Direito Penal?*”, in Revista Portuguesa de Ciência Criminal, Ano 18, nº4, Outubro-Dezembro 2008 – Diretor: DIAS, Jorge de Figueiredo, Coimbra Editora, Coimbra 2008;

D. ACHARYA, Upendra, War on Terror or Terror Wars: The Problem in Defining Terrorism, disponível para consulta em <http://djilp.org/wp-content/uploads/2011/08/Acharya-Final.pdf>;

DE PAZ, Isabel Sanches Garcia, “ La criminalización en el ámbito previo como

tendência politico-criminal contemporânea” in *El Nuevo Derecho Penal Español. Estudio Penal em Memoria del Prodeessor José Manuel Valle Muñiz*, Editorial Arazadi 2001

DIAS, Augusto Silva, “*Os criminosos são pessoas? : eficácia e garantia no combate ao crime organizado*”, in: *Que futuro para o Direito Processual Penal? Simpósio em homenagem a Jorge de Figueiredo Dias, por ocasião dos 20 anos do Código de Processo Penal Português / coord. Mário Ferreira Monte*, Coimbra Editora, 2009.

DIAS, Jorge de Figueiredo/CAEIRO, Pedro, “*A Lei de Combate ao Terrorismo*”, in *Direito Penal Económico e Europeu: Textos Doutrinários*, Vol. III, Coimbra editora, Coimbra 2009;

DIAS, Jorge de Figueiredo, *Direito Penal – Parte Geral, Tomo I – Questões Fundamentais, A Doutrina Geral do Crime*, 2ª edição, Coimbra editora, Coimbra 2007;

DÍAZ, María José Jiménez, “*Sociedade Del Riesgo e Intervención Penal*”, in *Revista Electrónica de Ciencia Penal y Criminología*, RECPC 16-08 (2014), disponível em: <http://criminet.ugr.es/recpc>, último acesso em 10-6-2017;

FERNANDES, Plácido Conde, *Comentário das Leis Penais extravagantes*, Vol. I org. ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de e BRANCO, José, Universidade Católica de Lisboa, Lisboa 2010;

GUNTHER, Klaus, “*Da Liberdade à Segurança – Os Fundamentos Normativos do Direito Penal*”, in *Anatomia do Crime, Revista de Ciências Jurídico-Criminais*, N.º4, Julho-Dezembro/2006, Almedina 2016;

HASSEMER, Windfried, “*Viejo y nuevo Derecho penal*” in *Persona, mundo y responsabilidade. Bases para uma teoria de la imputación en Derecho Penal*, Editorial Temis, Santa Fe de Bogotá, 1999;

JAKOBS, Günther, “*O Direito Penal do Cidadão e o Direito Penal Do Inimigo*”, in *Direito penal do inimigo: noções e críticas / Günther Jakobs*, Manuel Cancio Meliá ; org. e trad. André Luís Callegari, Nereu José Giacomolli ; rev. Rosane Marques Borba - 2a ed. - Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007;

KANT, Immanuel, *A Paz Perpétua e Outros Opúsculos*, Coimbra: Edições 70, 2008;

MARQUES, Anabela, “Terrorismos no Estado de Direito Democrático: Noções básicas, causas, consequências e perigo de autodestruição – breves notas”, in *Julgar Online*, Março de 2016;

PALMA, Maria Fernanda, “*Os Fundamentos da Normatividade Na Filosofia Ao Problema do Enquadramento pelo Direito do Terrorismo*”, in *Anatomia do Crime, Revista de Ciências Jurídico-Criminais*, N.º4, Julho-Dezembro/2006, Almedina 2016;

PORTELA, Irene Maria, *A Segurança e a escolha do Inimigo: o Efeito Double-Bind do 11-S. Uma análise da Legislação antiterrorista*, editado on-line pela Universidade de Santiago de Compostela, disponível em <https://books.google.pt/books>

PEREIRA, Rui, *Terrorismo e Insegurança, A Resposta Portuguesa*, in *Revista do Ministério Público*, nº98, Abril-Junho;

PEREIRA, Rui “O terrorismo venceria no exato dia em que nós prescindíssemos do Estado de Direito Democrático” in *Boletim da Ordem dos Advogados*, Mensal N.º 133 / 134 Dezembro / janeiro 2016;

PÉREZ DEL VALLE, Carlos, “ La fundamentación iusfilosófica del derecho penal de enemigo. Precisiones sobre la interpretación de Kant” in *Revista Electrónica de Ciencia Penal y Criminología*, 2008, nº 10-03, pp.03:1 e ss. Disponível em <http://criminnet.ugr.es/recpe10-03.pdf> - ultimo acesso em 14-04-2017;

PRITTWITZ, Cornelius, “O Direito Penal do Risco e Direito Penal do Inimigo”, in *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, nº47, Março-Abril de 2004 – ano 12, Editora Revista dos Tribunais;

RODRIGUES, Anabela Miranda, “Política criminal - Novos desafios, Velhos Rumos” in *Direito Penal Económico e Europeu: Textos Doutrinários*, Vol. III, Coimbra editora, Coimbra 2009

RODRIGUES, Anabela Miranda, “Criminalidade organizada - que política criminal?” in *Direito Penal Económico e Europeu: Textos Doutrinários*, Vol. III, Coimbra editora, Coimbra 2009

ROGEIRO, Nuno, “O Inimigo Público, Carl Schmitt, Bin Laden e o Terrorismo Pós-Moderno”, Lisboa - Gradiva, 2003;

SCHMID, Alex P. The Routledge Handbook Of Terrorism Research. 1. ed. Estados Unidos: Routledge Taylor & Francis Group, 2011;

SILVA, Germano Marques da, Direito Penal Português – Vol I, Introdução e Teoria da Lei Penal, 3ª edição, Verbo, Lisboa 2010;

VALENTE, Manuel Monteiro Guedes, O Direito Penal do Inimigo e o Terrorismo – “O Progresso ao Retrocesso”, Almedina 2010;

VILELA, A.Lobo, Protágoras ou Sofistas, Ed. Inquérito, 2ª edição, Lisboa, s.d;